



Intérpretes Educacionais do Ceará: **Caminhos Percorridos**

Maria Izalete Inácio Vieira



Atena
Editora

Ano 2020



Intérpretes Educacionais do Ceará: **Caminhos Percorridos**

Maria Izalete Inácio Vieira



Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

A Autora

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Intérpretes educacionais do Ceará: caminhos percorridos

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Flávia Roberta Barão
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: A Autora
Autora: Maria Izaete Inácio Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V658 Vieira, Maria Izaete Inácio
Intérpretes educacionais do Ceará: caminhos percorridos /
Maria Izaete Inácio Vieira. – Ponta Grossa - PR: Atena,
2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-524-2
DOI 10.22533/at.ed.242202810

1. Tradutor intérprete da língua de sinais. 2. Limoeiro
do Norte - CE. 3. Língua brasileira de sinais. 4. Língua de
sinais. 5. Tradução e interpretação. 6. Intérprete
Educativa. 7. Sala de aula. I. Vieira, Maria Izaete Inácio. II.
Título.

CDD 419

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

Dedico este ensaio a comunidade surda do Ceará,
especialmente aos intérpretes educacionais que
atuam ainda de forma precária e sem o devido
reconhecimento de seu
valoroso trabalho.

À minha homenagem especial ao meu eternamente
amigo Ernado Pinheiro Chaves (*in memoriam*), pela
vida dedicada á comunidade surda, hora militando
pelos direitos dos surdos, hora pelos direitos dos
tradutores Intérpretes da língua de sinais.

AGRADECIMENTOS

O caminho para este ensaio não foi fácil, mas muito gratificante. Várias pessoas o trilharam comigo de forma direta ou indireta. Dentre os que me ajudaram do início ao fim do percurso está a Professora Dra. Vanda Magalhães Leitão (Coordenadora da Secretaria de Acessibilidade da Universidade Federal do Ceará-UFC) que participou como coorientadora da dissertação que originou este ensaio a posteriori. Agradeço também aos meus informantes/colaboradores que concederam informações que não continham em registros literários. Dentre estes a Apada (Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos), na pessoa da Joelma Vasconcelos, a Apilce na pessoa de sua secretária, Jocelia Carlos, aos intérpretes da Libras de Limoeiro do Norte, que se dispuseram a colaborar com o meu trabalho de pesquisa. A Secretaria de Educação de Limoeiro do Norte na pessoa da coordenadora da Educação Inclusiva.

Ao meu, sempre querido, amigo Ernando Pinheiro (*in memoriam*), por tudo que ele representou e representa à comunidade surda do Ceará e na minha vida.

Aos professores do MAIE, Gilvanise Pontes (minha orientadora), Jorge Alberto Rodriguez (*in memoriam*), José Deribaldo Gomes dos Santos, Antônia Solange Pinheiro Xerez, José Ernandi Mendes, José Eudes Baima Bezerra, José Olivenor Souza Chaves, Maria das Dores Mendes Segundo, Sandra Maria Gadelha de Carvalho e Glaubia Cristiane Arruda Silva.

À minha sobrinha Aline Vieira, que fez a transcrição do material coletado em áudio que compôs parte de grande importância da conclusão apresentada aqui.

À toda a comunidade surda do Ceará, especialmente aos seus partícipes que se encontram em Fortaleza, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte. A ela, minha gratidão por ter compartilhado comigo de sua língua e cultura. Sem dúvida essa comunidade foi e é a minha motivação na escolha do caminho profissional e acadêmico em que hoje me encontro.

E, finalmente, ao bom Senhor Jesus Cristo filho de Deus Pai, minha gratidão por ter me proporcionado a convivência com todas as pessoas citadas há pouco, e as experiências mencionadas neste trabalho. A Ele toda glória e honra.

SUMÁRIO

DE “AMIGOS DOS SURDOS” À TRADUTORES DA LÍNGUA DE SINAIS.....	1
Tradução e interpretação da Língua de Sinais no Brasil: Breve panorama	11
Tradutor e Intérprete: Diferenças e Semelhanças	11
Intérprete da Libras de Fato, mas Não de Direito	17
Intérprete de Libras: Saindo da Informalidade Rumo a uma Identidade Profissional	22
O Tradutor-Intérprete da Libras na Educação.....	26
PERCORRENDO CAMINHOS	30
Os Intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte: Uma Representação da Ação do TILS no Interior do Estado do Ceará.....	34
A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LÍNGUA DE SINAIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL DE LIMOEIRO DO NORTE: UM RECORTE DA ATUAÇÃO DO TILS NO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ.....	37
Formação.....	37
Contratação	46
Função	52
Papel.....	58
CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	68
SOBRE A AUTORA.....	72

DE “AMIGOS DOS SURDOS” À TRADUTORES DA LÍNGUA DE SINAIS

A despeito da literatura que aborda a temática da surdez, nós, os tradutores intérpretes da língua de sinais, a partir de nossa vivência com os surdos, assimilamos rapidamente de forma intuitiva e empírica que a língua de sinais é a única capaz de satisfazer as necessidades linguísticas e cognitivas da pessoa surda, tal qual afirmou o neurolinguista Oliver Sacks, em sua obra *Vendo Vozes* (2010). Por essa razão, considero que seria um axioma afirmar que o processo de ensino e aprendizagem do surdo deve se dar por meio da língua de sinais, assim como todas as suas relações o é, ou pelo menos deveria ser. Assim os pensadores da educação brasileira, atrasados em relação a ciência dos intérpretes da língua de sinais, no tocante ao conhecimento dos instrumentos que poderiam proporcionar o desenvolvimento de ações para a inclusão da pessoa surda na educação, em acordo com a Lei da acessibilidade (10.098) apontaram, somente no ano de 2000, que ao surdo tal acesso é dado mediante a superação das barreiras linguísticas.

Outro aspecto enxergado com clareza e vanguarda pelo intérprete da língua de sinais é a percepção de que a surdez, como afirma Skliar (2010), conciste em uma diferença linguística. Mas essa diferença implica ao surdo uma barreira que dificulta seu transito comunicativo com os ouvintes que compartilham do mesmo ambiente social em que estão inseridos. É nesse contexto que nos construímos, ou que nos constituímos na figura do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais – Tils, com a finalidade de estabelecer uma ponte comunicativa entre as línguas que dividem o mesmo espaço, a língua de sinais e língua oral. (SILVA, KAUCHAKE; GESUELI, 2003).

No Brasil, assim como em várias outras partes do mundo, como a história aponta, nós Tradutores Intérpretes da Língua de Sinais, doravante, Tils, nos originamos a partir das relações espontaneas com surdos que integram nossos grupos sociais como familiares, igrejas e relações afetivas de modo geral (MASUTTI; SANTOS, 2008). Nossa aproximação com os surdos nos proporcionaram/proporcionam o testemunho das suas dificuldades, preconceitos sofridos e os impedimentos impostos pela barreira comunicativa. O que conseqüentemente, nos trouxe empatia ao ponto de também abraçar suas causas. É nesse cenário que me insiro e que me identifico com os demais tradutores/intérpretes de Língua de Sinais (Tils).

Em 1989, após cursar uma oficina de mímica¹ (forma como a língua de sinais era compreendida a época), iniciei minha interação com a comunidade surda que se reunia, à época, aos sábados na Associação de Surdos do Ceará – ASCE, localizada na rua Dom Lino, no bairro da Parquelândia, em uma sede provisória. Nesta, os surdos se encontravam para poder falar a língua de sinais sem sofrer repreensão ou imposição dos falantes da língua majoritária (língua portuguesa, no caso), comumente existente em outros espaços de circulação dos surdos.

A partir do ano supracitado, tornei-me assídua frequentadora da ASCE. Jovem com apenas dezesseis anos de idade me encantei pela língua dos surdos e sua cultura. Na Associação, em contato com os nativos da língua de sinais, consolidei e aumentei o meu

1. No ano de 1989, a língua de sinais, no Brasil, ainda não tinha sido reconhecida enquanto língua, assim era compreendida como uma forma mimética de comunicação, embora nesse período já houvesse, nos Estados Unidos, estudos datados de 1964 realizados pelo linguista William Stokoe, que apontavam o status linguístico da Língua de Sinais.

vocabulário e em pouco tempo de convivência iniciei, de forma incipiente e empírica, o trabalho de tradução/interpretação envolvendo as línguas de sinais e o Português. Isto porque as necessidades comunicativas dos surdos eram muitas e haviam poucos ouvintes falantes da Língua de Sinais. Por isso, os que a aprendiam realizavam atividades próprias de tradutores/intérpretes sem sê-lo de fato, geralmente tais atividades eram realizadas em caráter voluntário, na verdade, íamos nos constituindo intérpretes pelas necessidades circunstanciais que se nos apresentavam.

Minhas primeiras atividades de interpretação se deram nos âmbitos familiares, da saúde, da educação e do direito, sendo a educação o âmbito de maior atuação. Por um determinado tempo, também ensinei a língua de sinais em diversos locais, em especial nas igrejas evangélicas. Em 1989, por ocasião da ministração de um desses cursos, conheci Ernando Pinheiro, em dado momento o apresentei a ASCE e durante algum tempo a frequentamos juntos. A nós se juntaram outros “amigos de surdos” (à época não havia um termo que designasse o profissional Tradutor Intérprete de Língua de Sinais, por essa razão éramos identificados apenas como amigos dos surdos), que como eu não tinha nenhum parentesco com surdos, mas uma empatia inexplicável para com eles.

Então formamos um grupo composto por aproximadamente cinco pessoas e por meios próprios buscamos informação e formação na área da tradução e interpretação para continuar nossa atuação interpretativa, de forma mais adequada. Essa era a realidade embrionária dos Tils Cearenses. Ernando Pinheiro Chaves, em 1999, se tornou diretor administrativo da ASCE e em 2002, quando a Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos - Feneis instalou um escritório no Ceará, ele se tornou também seu diretor administrativo, ao lado do diretor surdo Willer Cisne, nesse ínterim passei a integrar o conselho de ética da referida Federação.

Anterior a esse fato, ainda na década de 1980, na sede da Feneis, no Rio de Janeiro, havia uma preocupação com a qualificação dos tradutores/intérpretes e também com a formação de novos Tils, visto que os existentes eram poucos para atender tão grande demanda e não haviam passado por cursos de formação. Por essa razão, a Feneis criou um departamento (Departamento Nacional de Intérpretes) destinado à formação de intérpretes. Para esse departamento foi elaborado um Regimento Interno que dentre outras coisas tratava da adoção de um código de ética que visava à orientação quanto à conduta e ética dos Tils na realização de suas atividades.

Porém, o código elaborado pela Feneis abordava as questões referentes aos serviços de tradução e interpretação a partir das expectativas dos surdos em relação ao atendimento de suas necessidades. Como é possível constatar em seu Artigo 6º, quando determina que o Tils deve se dispor a prestar serviços de interpretação em caráter voluntário: *O intérprete deve ser remunerado por serviços prestados e se dispor a providenciar serviços de interpretação, em situações onde fundos não são possíveis.* E isto foi naturalmente compreendido por todos nós, Tils, porque sabíamos das dificuldades enfrentadas pelos surdos, no tocante a dificuldade em ser absorvidos pelo mercado de trabalho e também por que sabíamos que a maioria deles pertencia a classe social menos favorecida.

O Artigo que mais trouxe dissenso foi o Artigo 7º, a Feneis chega a deliberar sobre a sua remuneração: *Acordos em níveis profissionais devem ter remuneração de acordo*

com a tabela de cada estado, aprovada pela Feneis. Além disso, o fato de o código não ter sido elaborado pelo segmento Tils, mas pelos usuários de seus serviços, o tornava peculiar, já que as demais categorias profissionais, formulam o seu próprio código de ética. O código, ainda fazia exigências que iam desde questões legitimamente profissionais a questões morais de cunho pessoal, idealizando o Tils como um ser sem marcas subjetivas, completamente neutro no exercício de sua função.

É o que se percebe no Artigo 1º do referido código:

CAPÍTULO 1 Princípios fundamentais

Artigo 1º. São deveres fundamentais do intérprete: 1º. O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confidente e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele;

É importante dizer que esse código de ética, embora não fosse o ideal, representou um grande passo na carreira profissional do Tils. Pois não havendo na época cursos de formação, por meio do código foi dado, de certo modo, um norte ao exercício de nossa função. Também o Departamento Nacional de Intérpretes criado pela Feneis se constituiu em um espaço de representação e discursão em que o segmento podia se encontrar e discutir assuntos pertinentes a sua ação. Isto favoreceu o surgimento do sentimento de coletividade, fundamental para a conquista de direitos da categoria.

Mas, apesar disso, ainda por muito tempo ficamos na invisibilidade social. Mesmo desempenhando nossas atividades de forma efetiva na promoção da inclusão social dos surdos em diversos âmbitos, éramos identificados apenas como religiosos (realizamos ações de evangelização de surdos), parentes e/ou amigos de surdos (MASUTTI; SANTOS, 2008). Essa condição perdurou por muito tempo, pois quando se trata de serviços prestados às pessoas com deficiência, a sociedade parece compreender como um gesto de altruísmo, impedindo ou retardando o processo de reconhecimento de tal serviço como uma atividade, legitimamente profissional. Também porque, no período de 1980, o assunto não era debatido socialmente e a falta de uma legislação que deliberasse especificamente sobre a acessibilidade e inclusão da pessoa surda cooperou para o retardo da oficialização da profissão do Tils.

No Brasil, o processo político de inclusão à pessoa surda iniciou o seu esboço a partir das ações afirmativas iniciadas na década de 1990, impulsionado pelas orientações da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura – Unesco, com a Declaração de Salamanca entre outros. Embora de forma indireta, o Tils passou a ser mencionado nas leis que tratam da acessibilidade das pessoas surdas, iniciando assim um processo de visibilidade e de possível legalidade da função. A partir dessas menções, aos poucos, o Tils foi emergindo profissionalmente.

Em 2002, com o reconhecimento e oficialização da Língua Brasileira de Sinais – Libras, por meio da Lei nº 10.436/02 (BRASIL, 2002) e posteriormente seu regulamento pelo Decreto nº 5.626/05 (BRASIL, 2005), houve a concretização de alguns dos anseios da comunidade surda brasileira. Por que esse Decreto trouxe disposições sobre o uso e difusão da Libras nas instituições educacionais públicas e privadas, e dentre outras

determinações, dispôs sobre a formação do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais.

Nesse período o cenário em relação à educação e inclusão social de surdos se afigurava favorável, pois algumas ações em atendimento a Lei 10.436/2002 se deram início. Então já em uma perspectiva de lapidação do trabalho realizado pelo Tils, de forma voluntária, em 2004, houve em Fortaleza o primeiro curso de nível técnico para formação de tradutores/intérpretes da Libras. O curso foi promovido pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis) e conseguiu reunir muitos Tils que atuavam na capital e no interior do Ceará que prestavam serviços de tradução/interpretação à comunidade surda, mas que nunca tinham passado por uma formação específica para esse fim.

Este foi o primeiro curso profissionalizante que obtivemos, e ocorreu nas dependências do Instituto Cearense de Educação de Surdos – ICES nos fins de semana (sábado e domingo) e ainda alguns feriados. A escolha pelos finais de semana se deu em virtude das atividades laborais de seus partícipes, sejam os alunos ou professores, todos cumpriam uma rotina diária e semanal de trabalhos interpretativos. Além de não disporem de tempo para participação nesses cursos em dias úteis da semana, havia também o problema do deslocamento dos que habitavam em cidades do interior do Estado rumo a sua capital.

Os demais cursos técnicos ofertados posteriormente se deram também em fins de semana pelo mesmo motivo citado antes. Isto colocava os Tils em uma situação de stresse, porque as salas em que as aulas ocorriam não ofertavam o mínimo conforto, ao ponto de não ter cadeiras suficientes para todos os alunos, alguns assistiam as aulas sentados no chão. As aulas tinham duração de 8 horas dia. Além disso, tomava o tempo que deveria ser destinado ao seu descanso e lazer, já que a rotina de trabalho dos Tils, geralmente, se dava na Educação e por isso poderia compreender de 20 à 40 horas aula semanais. Diante disto é incontestável que se qualificar exigiu uma certa dose de sacrifício e uma busca pessoal por parte do Tils e uma omissão do Estado na oferta de programas de formação para esses sujeitos que já estavam inseridos no sistema educacional público, ainda que por meio de contratos temporários ou terceirizados.

Após o término do primeiro curso de formação, por considerar o tempo de atuação e os conhecimentos empíricos adquiridos ao longo do exercício da atividade tradutória, muitos dos que se certificaram na primeira turma integraram o corpo docente dos demais cursos de formação que vieram a posteriore.

Retomando ao advento da Lei 10.436 e seu Decreto (5.626/05), em 2006, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) criou os Exames Nacionais de Proficiência em Tradução/Interpretação e Ensino da Libras – PROLIBRAS. Esses exames, em caráter de urgência, certificaram os profissionais da Libras que atuavam na Educação e da tradução/interpretação, visando seu reconhecimento, permanência e/ou inserção no mercado de trabalho em curto prazo (QUADROS *et al.*, 2009a).

Neste mesmo ano, especificamente em agosto de 2006, fundamos a Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais do Ceará – Apilce, sob a presidência de Ernando Pinheiro. Esta Associação foi/é muito importante para a representatividade da categoria Tils no Estado, ela conseguiu agregar os intérpretes da

capital, região metropolitana e interior do Estado. E buscou/busca estabelecer uma ponte de negociação com o poder público e privado por meio da oferta de serviços de tradução e interpretação. Fui uma de suas sócias fundadoras e integrei a sua diretoria como membro do conselho de ética e do conselho de classificação linguística em seu primeiro triênio de fundação.

Ao se consolidar, a Apilce, assumiu como um dos seus objetivos a formação dos Tils, tendo, entre os seus sócios e membros de sua diretoria, os que integraram o corpo docente de seus cursos. Tal ação trouxe para o segmento Tils a oportunidade de estruturar os currículos dos cursos de formação de acordo com seus anseios e necessidades. Porém, reconhecendo a importância da Feneis no processo histórico de formação dos Tils e visando manter uma boa relação, a Apilce estabeleceu parceria com a mesma mantendo professores surdos em seu quadro docente e observando ainda o pressuposto estabelecido no Art. 6º do código de ética, anteriormente mencionado, lhe ofertando serviços de tradução e interpretação em caráter voluntário.

Avançando em suas ações, no ano de 2007, a Apilce estabeleceu convênio com o Governo Municipal de Fortaleza, na ocasião em função da oferta de serviços de tradução/ interpretação à Comissão Técnica de Políticas Públicas Municipais para atenção às Pessoas com Deficiência (Compedef).

Nessa época, me encontrava acumulando as atividades de professora efetiva da Rede Municipal de Fortaleza no período da manhã, à tarde interpretava as reuniões realizadas na Compedef, cuja a composição havia duas pessoas surdas. Nesta, as interpretações não se limitavam às suas reuniões internas, mas se estendiam também a todos os eventos que fossem abertos ao público e/ou reuniões técnicas que envolvessem setores da Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF que fosse necessária a participação de membros da Compedef. Já no período da noite trabalhava como intérprete da Libras no Centro de Jovens e Adultos (CEJA) Gilmar Maia de Sousa. Esse acúmulo de horas trabalhadas, não era uma prerrogativa minha, apenas, a maioria dos Tils, à época, tinham a mesma carga horária de trabalho.

A Compedef foi coordenada por Nadja Pinho (cadeirante) e formada exclusivamente por pessoas com deficiência (física, intelectual, visual e auditiva), sendo:

[...] duas pessoas surdas (Kátia Lucy Pinheiro e Vanessa Vidal), três pessoas cegas (Antonio Irineu Maia, Benedito Viana e José Airton Falcão), uma pessoa com paralisia cerebral (Davi Sousa), uma pessoa com síndrome de Down (Mariana Cavalcante) e cinco pessoas com deficiência física (Clemilda Santos, Daniel Cordeiro, Marcius Montenegro, Xico Theóphilo e eu). (PINHO, 2010, p.28-29)

A Apilce prestou serviços a PMF atendendo a Compedef, até o fim do segundo mandato do governo da então Prefeita, Luiziane Lins, em 2012.

É notório no seio da comunidade surda que Apilce teve/tem grande importância na luta pelos direitos, na representatividade dos Tils no Ceará e na promoção da acessibilidade aos surdos. Um exemplo dessas lutas e conquistas foi o projeto apresentado junto à presidência da Assembleia Legislativa do Ceará – Alec, em 2008, na época presidida pelo deputado Estadual Domingos Gomes de Aguiar Filho (PMDB). O projeto consistia

na inserção da janela da Libras na TV Assembleia (Programa que transmite as sessões diárias da Assembleia Legislativa do Ceará), tendo sido aprovado e mantido até o ano, 2018 (considerando nosso recorte cronológico dos fatos). Ficando sob a responsabilidade da Apilce à seleção, manutenção do intérprete que ocupa a sua Janela de Libras e remuneração, mediante contrato estabelecido com a Alec.

Acrescentou-se aos adventos mencionados, o curso de licenciatura em Letras – Libras, na modalidade à distância implementado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC em parceria com outras nove universidades federais que se constituíram em polos no ano de 2006. Dentre estas, a Universidade Federal do Ceará – UFC². Em 2008, novamente a USFC promoveu novo vestibular para o curso de Letras-Libras, abrindo inscrições para licenciatura e também bacharelado em tradução e interpretação Português/Libras/Português (QUADROS, CERNY E PEREIRA, 2008). Considerando que no ano de 2006 o curso de licenciatura em Letras Libras deu prioridade aos surdos, nós ouvintes aguardamos até o ano de 2008 para iniciarmos nossa formação acadêmica como tradutores da língua de sinais. Neste, juntamente comigo ingressaram trinta tradutores/intérpretes da Língua de Sinais sendo a maioria oriundos do Ceará. O primeiro vestibular foi destinado prioritariamente às pessoas surdas por se configurar em uma conquista histórica e política da comunidade surda.

É importaten frizar que a Universidade Federal do Ceará antes da parceria citada há pouco, já vinha trabalhando no desenvolvimento de projetos que objetivava a inclusão educacional e a acessibilidade da pessoa com deficiência em suas dependências. No ano de 2005, iniciou um projeto chamado UFCInclui, que foi resultante de um programa chamado “Programa Incluir” do Ministério de Educação e Cultura (MEC/SESU). Segundo Leitão e Viana (2014, p. 24), o projeto teve “[...] como objetivo central a estruturação de um setor que garantisse as ações de inclusão de alunos no ensino superior”. Esses alunos, seriam aqueles que apresentassem alguma condição de deficiência.

Dando sequência e corpo as ações do UFCInclui, em 2007, sob a coordenação da Professora Dra. Vanda Magalhães Leitão, foi formada uma equipe para tratar das questões de acessibilidade, composta por professores, funcionários do setor técnico-administrativo e de alunos com deficiência (LEITÃO; VIANA, 2014). Tal equipe realizou várias ações, como compartilhamento de experiências por meio de palestras e estudos que possibilitaram identificar na UFC as condições de acessibilidade das pessoas usuárias de seus serviços que apresentavam algum tipo de comprometimento físico, sensorial ou intelectual.

Como resultado desse trabalho surgiu um documento que propunha a criação de um setor administrativo de caráter permanente que fosse capaz de gerir as questões políticas e práticas de acessibilidade na Universidade Federal do Ceará. Tal documento se materializou quando em agosto de 2010 foi criada a Secretaria de Acessibilidade – UFC Inclui por meio de portaria e implantada em outubro desse mesmo ano (LEITÃO; VIANA, 2014).

Ainda em 2010, a UFC recebeu a sua primeira aluna surda (Katia Lucy membro da Compedef) no curso de Mestrado em Educação Brasileira, o que também permitiu o meu ingresso enquanto intérprete educacional na referida universidade, para promoção de sua

2. Atualmente (agosto de 2016) a Universidade Federal do Ceará-UFC, conta com dez professores surdos e dez intérpretes da LIBRAS concursados.

acessibilidade. Iniciei o trabalho de tradução, a princípio, em caráter voluntário pelo fato de não haver políticas internas à UFC que possibilitassem a contratação desse tipo de profissional, assim, permaneci aproximadamente por seis meses nessa condição. Tempo em que a Universidade buscou solucionar administrativamente essa situação para então efetuar pelos trâmites legais minha contratação. Desse modo, fui a primeira intérprete de Libras contratada pela UFC.

Em 2012, encerrei minhas atividades junto a pós-graduação em função da conclusão de curso de Mestrado do qual era intérprete. Logo em seguida, a Secretaria de Acessibilidade iniciou um projeto piloto de acessibilidade comunicativa junto ao programa de televisão da UFC – UFCTV.

Segundo o sítio da UFC:

O Programa UFCTV é uma revista eletrônica com meia hora de duração, veiculado pela TV Ceará (canal 5), às terças-feiras, às 18:30h, com reprise aos domingos, às 12h30min. O Programa apresenta a produção da Universidade, informando onde e como ela está presente no cotidiano das pessoas. O UFCTV também traz um resumo dos principais acontecimentos na Universidade e uma agenda cultural voltada para atividades gratuitas ou a preços populares (Disponível em: <<http://www.ufc.br/comunicacao-e-marketing/956-conheca-o-programa-ufctv>> Acesso em: 20 jul. 2016).

Esse projeto teve duração de seis meses e tinha como objetivo implementar a Janela de Libras no programa citado. Trabalhamos em seu desenvolvimento no horário que compreendia do meio dia às quatorze horas, horário de almoço, pois esse era o intervalo em que o estúdio televisivo do Departamento de Comunicação da UFC poderia disponibilizar para a gravação da janela de Libras que seria adicionada ao programa UFCTV. Após a gravação, seguia-se a edição da Janela, assim ao sair do estúdio, eu e o editor íamos para a sala de edição (VIEIRA, 2010). Nesta, minha função era ajudá-lo a identificar os espaços mais adequados aos cortes na tradução para sincronizar a Janela ao tempo das matérias já gravadas. Este trabalho, por vezes, era demorado e chegava a entrar pela noite, compreendendo intervalos de 5 (cinco) horas, isto é, iniciávamos as 14h e terminávamos as 19h.

O objetivo desse projeto piloto era estudar e apreender o processo necessário para implantação permanente da Janela de Libras no referido programa. Atualmente, a Janela de Libras do UFCTV encontra-se consolidada e é ocupada pelos Tils que integraram o quadro efetivo da Universidade Federal do Ceará. Segundo Grazielle Gomes (Intérprete de Libras da UFC) no ano de 2017 haviam no quadro efetivo da Universidade 10 (dez) Tils, e em 2018, segundo Luana Magalhães, (Também Intérprete de Libras da UFC) haviam 15 (quinze) Tils concursados, sendo 12 efetivos e 3 (três) com contratos temporários. Necessariamente os 15 não tem que atuar na Janela de Libras, mas a ocupam seguindo um cronograma de atividades desenvolvido em comum a cordo com sua coordenação, que permite se reversarem atendendo as demandas de acorco com o sua carga horária de trabalho.

Faz-se importante também informar que a UFC entre os anos de 2012 até o ano 2015, além dos concursos para Tils, realizou concursos que permitiu a efetivação de 12

(doze) professores da Libras, sendo apenas dois destes ouvintes (Ernando Pinheiro, *in memoriam*, e Margariada Pimentel).

Retomando ainda 2010, ano em que houve muitos eventos que marcaram de forma positiva a comunidade surda do Ceará, a Apilce iniciou negociação com a Prefeitura Municipal de Fortaleza – PMF objetivando criar a primeira Central de Intérpretes e Instrutores da LIBRAS – CEMIIL, da Região Nordeste. Mas somente em 03 de janeiro de 2011 se deu início aos trabalhos efetivos da referida Central.

À época CEMIIL foi abrigada na Coordenadoria de Pessoas com Deficiência (Coopedef) que, segundo Pinho (2010), originalmente foi formado a partir de uma Comissão Técnica de Políticas Públicas Municipais para atenção às Pessoas com Deficiência (Compedef). Segundo Jocélia Carlos, secretária da Apilce no período de 2007 à 2018, a CEMIIL compunha um segmento da Secretaria de Direitos Humanos – SDH da Prefeitura Municipal de Fortaleza (PMF), situada em um prédio no interior do Parque da Liberdade (Conhecido como Parque das Crianças) no centro da cidade. A Central era composta por uma coordenadora, seis Tils e dois instrutores surdos de Libras que ficavam à disposição da prefeitura para interpretações de eventos e ministração de cursos de Libras, respectivamente. Os cursos eram destinados aos funcionários públicos municipais que trabalhavam em instituições de atendimento ao público objetivando dar acessibilidade às pessoas surdas que buscassem seus respectivos serviços.

A Apilce também auxiliou na implementação de outras associações de Tils na Região Nordeste e fora dela, por exemplo, as Associações de Intérpretes do Maranhão e (APILMA) e do Rio de Janeiro (APILRJ). Ernando Pinheiro esteve em sua presidência por dois mandatos, compreendendo os anos de 2006 a 2011, durante esse tempo também permaneci na diretoria. Em 2011, em decorrência de nova eleição, Andrea Michiles assumiu a presidência e eu a vice-presidência. Logo após a posse, Andrea precisou se afastar por motivos relacionados a estudos, então assumi interinamente, permanecendo até o ano de 2013 quando fui aprovada em concurso público para assumir o cargo de professora da Libras no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE campus de Juazeiro do Norte. Ainda no mesmo período (2011 a 2015), Ernando Pinheiro assumiu a vice presidência da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais – Febrapils. Ele aceitou o convite feito por Gildete Amorim que havia assumido a cabeça da chapa, mas um ano após assumir a Presidência da Febrapils, em 2011, abdicou do cargo, impelindo Ernando a assumir o seu cargo. Na época ele me convidou para compor a diretoria como Diretora Regional da Região Nordeste.

A Febrapils é uma federação que trata dos interesses das associações de tradutores e intérpretes e guias-intérpretes de Língua de Sinais de modo geral, foi fundada em 22 de agosto de 2008, sob a presidência de Ricardo Sander, sua diretoria foi/é composta por Tils de várias partes do Brasil. A criação desta Federação representou um marco na história dos profissionais que atuavam/atuam na tradução e interpretação da Língua de Sinais no Brasil, pois significava a representação legítima dos anseios da categoria.

[...]em Brasília, na Câmara dos Deputados, no centro do fervo político. O Estatuto da FEBRAPILS foi homologado, votado e assinado por sete

Associações de Tíls e GI presentes (com seus respectivos CNPJ legais), bem como a primeira diretoria eleita e empossada.(ASTILP, 2018³)

No ano de 2014, ainda na gestão de Ernando Pinheiro, a Federação concluiu o seu próprio código de ética, pois o havia iniciado ainda sob a presidência de Ricardo Sander. Neste, além de considerar as questões apontadas pelos surdos, priorizou-se as questões que são próprias do segmento profissional Tíls, dando um caráter mais específico ao Código.

CÓDIGO DE CONDUTA E ÉTICA

PRIMEIRA ALTERAÇÃO APROVADA EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA NO DIA 13 DE ABRIL DE 2014.

Preâmbulo

I. A Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guias-Intérpretes de Língua de Sinais (FEBRAPILS) busca alcançar um padrão de profissionalismo e conduta ética entre os tradutores e intérpretes e guias-intérpretes de Língua de Sinais.

II. Os princípios norteadores deste Código de Conduta e Ética (CCE) devem ser observados de maneira holística e como guia para a prática profissional em âmbito nacional.

Neste também há menção aos Guias-Intérpretes de Língua de Sinais, figura que não aparecia no código de ética adotado pela Feneis.

Em meio as essas atividades, em 2015, ingressei no curso de pós-graduação (estruturado em Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino – MAIE da Universidade Estadual do Ceará – UECE, situado na cidade em Limoeiro do Norte. Por motivos geográficos e econômicos voltei a habitar em Fortaleza, mas ainda trabalhando em Juazeiro do Norte. Assim, em meio a triangulação entre as cidades de Fortaleza, Limoeiro do Norte e Juazeiro do Norte, surge este ensaio que teve origem na pesquisa realizada em atendimento a exigência à minha aprovação do Mestrado em Educação. Seu desenvolvimento se deu parte em Fortaleza (documental) e parte em Limoeiro do Norte. Nestas duas cidades investiguei as questões relacionadas à contratação, formação, função e papel dos Tíls, isto é, dos Tradutores Intérpretes da Língua de Sinais que atuam na Educação, comumente chamados de **Intérpretes Educacionais-IE**, nas escolas de Ensino Fundamental do município de Limoeiro do Norte.

Qual a sua formação? Como se deu sua contratação? Quais as suas atribuições? e Qual o seu papel no ambiente escolar? Estas foram as perguntas que nortearam meu trabalho de pesquisa. Para responder essas indagações, investi na busca de documentos que me arremeteu desde as primeiras contratações formais dos serviços de IEs em Fortaleza até as contratações dos IEs de Limoeiro do Norte. Neste empreendimento obtive

3. Sítio da Associação dos Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais do Pará. Disponível em: <<http://astilp.blogspot.com.br/2008/09/fundao-da-febrapils.html>> Acesso em: 26 jul. 2016.

a colaboração de instituições para surdos, de Intérpretes Educacionais, de representante do setor de inclusão da Secretaria de Educação de Limoeiro do Norte, além de muitos outros que passeiam pelo universo da comunidade surda.

As respostas às minhas perguntas foram respondidas a partir da investigação de quatro categorias de estudo que organizadas apresentam a seguinte ordem; FORMAÇÃO; CONTRATAÇÃO, FUNÇÃO e PAPEL do Intérprete educacional.

Penso que as condições encontradas a partir desta investigação podem ser compartilhadas por outros IEs que atuam em outras cidades do interior do Estado. Por essa razão este ensaio, pretensiosamente deseja significar uma amostra e um ponto de partida para aqueles que pretendem, também, investigar as características da atuação do IE no interior do Estado do Ceará. Além disso espero que possa ter contribuído para com o registro de nossa histórica, com a esperança de que nossa história seja instrumento de fortalecimento para conquistas futuras. Quero ainda, que este ensaio auxilie aqueles que desejam complementar esta investigação, pois compreendo que ainda são poucos os trabalhos disponíveis nesta área do conhecimento cujo *locus* de investigação é o interior do Estado do Ceará.

Ressalto que a decisão pelo objeto da presente investigação foi motivada pela minha participação na comunidade surda exercendo a função de Tradutora/Intérprete da Língua de Sinais, professora da Libras e participante das causas da comunidade surda⁴.

4. Segundo Strobel (2008), a comunidade surda é composta não só por surdos, mas por seus parentes, professores de surdos, simpatizantes de suas causas e intérpretes de Língua de Sinais.

TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LÍNGUA DE SINAIS NO BRASIL: BREVE PANORAMA

TRADUTOR E INTÉRPRETE: DIFERENÇAS E SEMELHANÇAS

No final da década de 1990 a literatura sobre a tradução e interpretação na língua de sinais no Brasil era quase que inexistente, em 2002 o livro intitulado por “O tradutor e intérprete de língua de sinais e língua portuguesa”, da Professora e também tradutora intérprete da língua de sinais Ronice Quadros, se tornou o mais popular entre nós Tisl, do Ceará. Esse livro foi lançado por meio da Secretaria de Educação Especial e do Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, ambos abrigados no Ministério de Educação e Cultura- MEC em 2002, ano em que a Língua Brasileira de Sinais foi oficialmente reconhecida como língua, por meio da Lei 10.436/02 e sua distribuição era gratuita.

Ronice inicia o seu livro com um pequeno dicionário trazendo várias terminologias, e suas respectivas significações, usadas por profissionais que atuam na área da Tradução e interpretação envolvendo as línguas de sinais. Claramente buscando familiarizar o seu público alvo com os jargões utilizados no âmbito da comunidade surda e dos Estudos da Tradução. E Também aparelhar e auxiliar o Tils na apropriação dos termos que envolvem a sua prática.

Nesta obra o intérprete de língua de sinais é apresentado como sendo aquele que interpreta de uma língua de sinais (língua de partida) para outra língua (língua de chegada), seja essa oral ou sinalizada. Posteriormente outros estudiosos como Silva, Kauchakje e Gesueli (ORG. 2003) e a própria Quadros, foram complementando essa definição e definindo o Tradutor Intérprete de Língua de Sinais como uma pessoa bilíngue que domina a língua oral e a Língua de Sinais, e que faz a mediação entre uma e outra língua. E antes disto tínhamos o dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira (1993) que de forma metafórica, o define como um negociante que se coloca entre o produtor e o consumidor.

Segala (2010), sendo surdo profissional da área da tradução e interpretação, também dá a sua contribuição sobre o assunto e afirma que surdos e ouvintes não têm diferenças apenas linguísticas, mas também culturais, por isso complementa as demais definições acrescentando que o Tradutor Intérprete é aquele que além de trabalhar com línguas também realiza transposições culturais. Então fazendo um amalgama do que dizem esses autores em suas definições conclui-se que a função do Tradutor Intérprete é uma função dos âmbitos linguístico e cultural.

Já a legislação brasileira, que trata do assunto, não apresenta a mesma clareza, como, por exemplo, no já mencionado Decreto 5.626/05, nele não há uma definição explícita que possa situar o Tils nos âmbitos mencionados (BRASIL, 2005). Mas é importante lembrar que o foco deste Decreto é a inclusão da Libras nos espaços educacionais com vistas a escolarização dos surdos, por isso o Tils é mencionado, mas não é o foco da questão. A lei específica que trata da oficialização da profissão do Tils é recente e ainda carente de um decreto de regulamento. Trata-se da Lei 12.319/10 que apresenta o Tils de forma mais abrangente em relação ao seu campo de atuação e traz como foco os processos linguísticos imbricados em sua função:

LEI Nº 12.319, DE 1º DE SETEMBRO DE 2010.

Art. 1º Esta Lei regulamenta o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa (BRASIL, 2010)..

Observa-se também nesta que a definição de Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais é contemplada implicitamente por meio da descrição de suas competências e das modalidades interpretativas como visto no Art. 2 do *caput* citado. E de forma complementar ao Decreto 5.626/05 abrange outros espaços de atuação que não só o educacional:

III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos; IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais (BRASIL, 2010).

Como mencionei, há pouco, não há um decreto de regulamento desta Lei, o que traz algumas dificuldades quanto a forma de contratação, espaços de atuação, limites de atuação e estabelecimentos salariais, entre outras especificidades concernentes aos questões profissionais do Tils. Merece também atenção, o veto sofrido no Art. 3º Lei 12.319/10 que a colocou em discordância com o Art. 17 do Decreto 5.626/05 que admite a formação do Tils em nível superior.

Art. 3o (VETADO)

Art. 3º É requisito para o exercício da profissão de Tradutor e Intérprete a habilitação em curso superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa.

Parágrafo único. Poderão ainda exercer a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras - Língua Portuguesa:

I - profissional de nível médio, com a formação descrita no art. 4º, desde que obtida até 22 de dezembro de 2015;

II - profissional que tenha obtido a certificação de proficiência prevista no art. 5º desta Lei. (BRASIL, 2010)

O veto revelou que as autoridades políticas brasileiras desconsideraram que o Tils pode atuar em diversos níveis acadêmicos e âmbitos sociais, e que o exercício de sua profissão exige além de muito esforço físico e cognitivo, conhecimento acerca dos conteúdos a serem traduzidos que, em muitos dos casos, não são adquiridos no Ensino Básico.

De modo geral, para que o processo tradutório ocorra de forma satisfatório, é necessário mais que fluência nas duas línguas de trabalho. É necessária organização das informações, competência nas línguas fonte e alvo, ter conhecimento das culturas dos sujeitos do discurso, preparo do ambiente a fim de evitar interferência externa e preparo emocional para evitar envolvimento pessoal com a mensagem traduzida/interpretada. Pensando neste último ponto, embora autores como Ronice Quadros (2002, p. 25) chame a atenção quanto a necessidade do distanciamento profissional dos conteúdos, considero este, uma das exigências mais duras de nossa profissão, porque essa exigência parece exarcebar os limites de nossa subjetividade. Lembrando que somos sujeitos constituídos de ideologias políticas, religiosas, étnicas raciais e outras. Por isso fazer traduções de assuntos que afrontam nossas ideologias é desgastantes, mais ainda quando se trata de interpretações, cujo corpo presente do Tils é irremediável. Nestas situações o nosso corpo insiste em dizer aquilo que não queremos. O esforço para disfarçar o desconforto e manter uma postura de imparcialidade conflita com o esforço para manter a concentração na mensagem. De qualquer forma nossa opinião no momento da interpretação a respeito do assunto, geralmente escapa. Escapa por meio da energia desprendida pelo corpo, na expressão facial que insiste em se manifestar e no olhar que lançamos para o locutor ou para o público. Seria salutar se os trabalhos fossem direcionados aos Tils de acordo com o seu perfil social, evitando coloca-los em situações de desconforto.

A despeito de suas subjetividades, o Tils deve focar no sentido enquanto executa a transmissão da mensagem mantendo a transposição de códigos entre as línguas, associando a isto o seu conhecimento de mundo (GESSER, 2011, p. 26). Ainda sobre a questão dos processos cognitivos realizados durante a tradução ou interpretação, Quadros (2002) apresenta quatro modelos processuais identificados no ato tradutório e as atividades cognitivas neles contidos.

Modelos processuais de interpretação	Descrição
Sociolinguístico	Tem foco na recepção da mensagem. Realiza um processamento preliminar do discurso a ser traduzido na língua-alvo. Enquanto traduz, busca reter as sentenças na memória de curto prazo. Estabelece reconhecimento da intenção semântica para que não se traduza palavras, mas sentidos. Busca também uma determinação da equivalência semântica entre a língua-alvo e fonte. Realiza formulação sintática da mensagem e finalmente a produção da mensagem na língua-alvo.
Bílingue e Bicultural:	Dá ênfase ao significado das palavras. Busca respeitar os aspectos culturais e de contexto dos eventos narrados. Também se preocupa com o tempo em que se estabelece a tradução/interpretação. Leva em conta a reação da plateia compreendendo que isto é um importante feedback.

Interativo	Tem a mensagem a ser interpretada como principal alvo da preocupação. Há uma ênfase em fatores externos à interpretação como: feedback da audiência, o posicionamento espacial do intérprete e demais fatores físicos do ambiente. Quanto às decisões de cunho cognitivo são em níveis sintático e semântico.
Cognitivo	Neste a maior atenção está voltada ao entendimento da mensagem na língua fonte, na capacidade de internalizar o significado na língua fonte e buscar uma convergência de termos na língua alvo. Busca ainda expressar a mensagem na língua alvo sem comprometer a mensagem que chega na língua fonte.

QUADRO 1- Modelos processuais de interpretação

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados encontrados na Apostila da disciplina de Tradução e interpretação Libras II do Curso de Educação a Distância do Bacharelado em Letras-Libras da Universidade Federal de Santa Catarina, por GESSER (2011).

Vale ressaltar que essas atividades são realizadas de forma simultânea concorrendo entre si, o que pode ocasionar baixo desempenho de uma em função de outra, e ainda provocar uma exaustão cognitiva ao tradutor, especialmente quando se trata de interpretações, seja de línguas orais ou de sinais (GESSER, 2011).

Além do esforço cognitivo realizado durante interpretações/traduições e dos conhecimentos prévios que o Tils deve ter, como se vê nos modelos processuais expostos, o seu trabalho tanto pode ser com textos orais, como escritos. Por isso, também precisa dominar a escrita em seus diversos níveis, para isso busca, na maioria das vezes de modo próprio se subsidiar, para otimizar sua função. Nesse sentido a formação em nível superior em sua área de atuação não deve ser apenas uma meta para o Tils, mas também uma exigência funcional. Assim quando a Lei 12.319/10 não faz essa exigência, desconsidera que atuamos também no ensino superior, inclusive em programas de pós-graduação.

Segundo a Lei 12.319/10, em seu Art. 4º

[...] A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de:

I - cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II - cursos de extensão universitária;

III - cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretarias de Educação.

Parágrafo único. A formação de tradutor e intérprete de Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda, desde que o certificado seja convalidado por uma das instituições referidas no inciso III. (BRASIL, 2010)

Atentando à citação, percebemos a menção de duas atividades realizadas pelo Tils, a interpretação e a tradução. Apesar de sua proximidade semântica, esses termos definem e distinguem as atividades, que são executadas, na maioria das vezes pelo mesmo profissional (LACERDA, 2008). Para aclarar e delimitar os campos de atuação, Quadros (2002) diferencia a tarefa de traduzir e de interpretar, afirmando que o processo de tradução implica, pelo menos, em que uma das línguas esteja na modalidade escrita. Mas em outro momento quando se refere às línguas de sinais, Quadros faz a integração dos dois termos (intérprete e tradutor), afirmando que o tradutor-intérprete de língua de sinais é aquele que traduz e interpreta da língua de sinais para a língua oral nas modalidades escrita e/ou oral/sinalizada.

Lacerda (2009) acrescenta que traduzir está relacionado à atividade de versar de uma língua para outra, trabalhando com textos escritos, e o interpretar relaciona-se ao trabalho de versar de uma língua para outra nas relações interpessoais simultaneamente. A autora diferencia ainda um termo do outro ressaltando que para se efetuar uma tradução, o tradutor pode ler a obra, refletir sobre as escolhas lexicais, analisar a sua semântica e consultar outras fontes para alcançar os sentidos mais adequados ao seu trabalho. Diferentemente, o intérprete atua com a simultaneidade, sem tempo para reflexões, tomando decisões rápidas sobre como versar de um sentido para o outro e sem poder consultar outras fontes. Concordando com Lacerda (2009), Quadros (2002) afirma que o intérprete interpreta o sentido do que se diz, capturando a intenção do locutor. Por questões relacionadas ao tempo, enquanto o tradutor pode revisar o seu texto de chegada com tranquilidade, pois tem à sua disposição o texto de partida, o intérprete não tem como rever sua produção. Pagura (2003, p. 227) afirma que enquanto nas organizações internacionais, espera-se que os tradutores de tempo integral traduzam cerca de 50 linhas a cada duas horas, o intérprete dispõe apenas de oito minutos para interpretar as mesmas 50 linhas.

Lacerda (2009) esclarece que o termo “tradutor-intérprete” é encontrado em documentos da década de 1970 no Brasil e que, por isso, ainda é utilizado por muitos, mas que é importante diferenciar a atuação e função de um e outro.

Como mencionado anteriormente, Santos (2008) afirma que as traduções ou interpretações em língua de sinais (LS) no Brasil surgiram na década de 1980. Essas eram feitas por familiares de surdos e/ou religiosos que não tinham formação profissional para o exercício dessa função. A maioria desses intérpretes tinha apenas conhecimentos empíricos, adquiridos na convivência com seus entes surdos, da tradução-interpretação, mas não tinham nenhuma formação ou embasamento teórico.

Esse aspecto refletia/reflete em seu *status* profissional, e talvez por isso durante muito tempo a ação do Tradutor-Intérprete de Libras foi vista pela sociedade sob um aspecto assistencialista, já que era realizado por religiosos ou pessoas que, geralmente, tinham vínculo de parentesco com pessoas surdas e faziam traduções-interpretações em caráter voluntário. Segundo Santos (2008), as primeiras traduções-interpretações, envolvendo a língua de sinais, foram realizadas nos ambientes empíricos desses atores, ou seja, no âmbito religioso e familiar.

Voltando um pouco mais no tempo, encontraremos os intérpretes de línguas orais, no início de sua carreira profissional, desempenhando a função de apaziguadores culturais.

Seus serviços eram requisitados geralmente para estabelecimento de negociação de paz entre países que estavam em guerra, como afirma Pagura (2003). Seu trabalho não era focado somente nas questões linguísticas, mas também na cultura dos países que estavam envolvidos no processo de apaziguamento.

Sobre o aspecto cultural da tradução-interpretação, Segala (2010, p. 30), em um contexto em que as línguas de contato dizem respeito às comunidades surda e ouvinte, afirma:

Ser tradutor não é ser aquele que sabe duas línguas e que simplesmente transpõe uma língua para outra. Não é só estrutura linguística, precisa conhecer e saber a cultura, a linguística e outras sutilezas das línguas fonte e alvo, além de ter experiência na vida social [...].

Como dito anteriormente, no Brasil, a Língua de Sinais foi reconhecida como a língua natural das comunidades surdas em 2002. O reconhecimento do status linguístico tardio da Língua de Sinais afetou também o reconhecimento do profissional que realiza o ato tradutório/interpretativo que envolve essa língua. Empiricamente é possível afirmar que nem o Tradutor-intérprete e nem os processos exaustivos que envolvem sua função têm o devido reconhecimento da sociedade ouvinte e a compreensão da comunidade surda, no Brasil. Em ambos os casos, é possível que isto aconteça pelo fato de que esses ainda não tenham apropriação de informações suficientes para compreender a complexidade desse ato.

Gesser (2011) acrescenta ainda que tradução/interpretação compreende três modalidades: consecutiva, simultânea (mais usada pelos intérpretes de línguas de sinais) e sussurrada. Sendo a última identificada, por outros autores como sendo também simultânea, se diferenciando apenas pelo modo, pois, segundo a autora, a interpretação sussurrada é realizada quando há a necessidade do intérprete se senta próximo de alguém e interpretar o texto de partida cochichando. Lacerda (2009, p. 15) complementa afirmando que a tradução/interpretação simultânea é a mais usada atualmente em grandes eventos, mas esclarece que “[...] a tradução simultânea não ocorre ao mesmo tempo da fala original”, porque o intérprete leva tempo para processar a informação e organizá-la na língua-alvo. Por sua vez, Pagura (2003) explicita que a tradução/interpretação consecutiva é aquela em que o intérprete ouve um trecho significativo, ou todo o discurso, toma nota e, em seguida, assume a palavra e passa a informação na língua alvo.

Ainda, segundo Pagura (2003), a tradução/interpretação consecutiva auxilia o intérprete a desenvolver a capacidade de analisar e compreender o discurso de partida, permitindo o surgimento de técnicas que o preparam para a tradução/interpretação simultânea.

A interpretação simultânea, como foi dita há pouco, parece ser a modalidade eleita pela maioria dos intérpretes da Libras e preferida pelos surdos. Segundo o professor Marcos Vaining, durante a videoconferência de 10 de abril de 2011, na disciplina de Aquisição da Linguagem, do curso de Bacharelado em Letras-Libras, a escolha por essa modalidade se dá pela falta de conhecimento, tanto por parte de intérpretes quanto pelos surdos, sobre o processo tradutório/interpretativo. Segundo ele, essa modalidade é a que mais oferece possibilidade de se cometer erros. Isso por causa do pouco tempo existente

para análise, compreensão, processamento e remarcação de parâmetro na língua-alvo. Vainig acrescenta ainda que todo esse processo demanda grande esforço da parte do intérprete/tradutor.

Quanto à classificação do ato tradutório/interpretativo, Jakobson (1995) aponta três tipos: intralingual, interlingual e semiótica. A tradução intralingual ou reformulação, segundo o autor, é a tradução de um signo por outro da mesma língua. Isso pode ser feito por meio da sinonímia ou paráfrase. Quanto à interpretação interlingual se refere a interpretação de um dado signo por outro equivalente em uma outra língua. Já, a tradução “[...] intersemiótica ou transmutação consiste na interpretação de signos verbais por meio de um sistema de signo não-verbais.” (JAKOBSON, 1995, p. 64). O intérprete de Língua de Sinais, na maioria das vezes, recorre a essas categorias com certa frequência, mas, embora sejam todas elas utilizadas, a mais recorrente no trabalho do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais, em especial do Intérprete Educacional, é a tradução interlingual na modalidade simultânea (QUADROS, 2002), pois geralmente envolve as línguas, Português e Libras.

Como exposto anteriormente o ato de traduzir/interpretar não é fácil pelas muitas atividades cognitivas realizadas de forma simultânea, mas é especialmente complexa para o intérprete de Língua de Sinais, pois este estabelece transição com línguas muito distantes no que diz respeito à forma e modo. Enquanto a língua Portuguesa é percebida pela audição e articulada de forma oral, a Libras é percebida pela visão e produzida de forma gestual, assim temos respectivamente uma na modalidade oral auditiva e outra na modalidade viso-espaco-gestual.

Embora muitas vezes esse trabalho seja exaustivo para o tradutor/intérprete, ele é extremamente necessário à comunidade surda, pois quebra as barreiras comunicativas e tira o surdo do isolamento linguístico, como afirmam Masutti e Silva (2008). Isso torna a interpretação Libras/Português/Libras compensadora para quem a faz e para quem recebe.

INTÉRPRETE DA LIBRAS DE FATO, MAS NÃO DE DIREITO

Vamos novamente lembrar que, no Brasil, a Língua de Sinais foi oficializada e reconhecida como sendo a língua das comunidades surdas recentemente, há aproximadamente dezesseis anos (BRASIL, 2002). Somente a partir daí é que se iniciaram as políticas de incentivo ao uso e difusão da Língua de Sinais e também que começaram a surgir programas de formação de professores e de Tradutor-Intérprete da Língua de Sinais Brasileira – Libras.

Lembramos ainda que a história educacional dos surdos revela que sua escolaridade sempre foi um terreno de muitos experimentos. Estes foram desenvolvidos, em sua maioria, a partir de perspectivas religiosas que traziam intrínsecos no discurso a inclusão social dos surdos por meio do desenvolvimento da fala oral. Por isso, as abordagens educacionais voltadas a eles buscaram meios de sua desmutização, por exemplo, o Oralismo e a Comunicação Total. A primeira trata-se de uma abordagem clínica da educação de surdos que prioriza o desenvolvimento da fala oral em detrimento do uso da gestualidade (GESSER, 2011).

Essa abordagem foi adotada após um congresso ocorrido em 1880 na cidade de

Milão, que teve por finalidade uniformizar o modelo educacional para surdos no mundo todo (GESSER, 2011). A segunda foi concebida na década de 1940, nos Estados Unidos, por uma mãe de uma jovem surda, após constatação do fracasso do Oralismo. Essa usava todos os meios de comunicação tanto visual quanto sonoro, inclusive a língua de sinais concomitantemente a fala oral, o que trouxe de volta a língua de sinais ao cenário educacional dos surdos, mas ainda prestigiando a fala oral (RAMOS, 2004).

Essas abordagens impediram que a língua de sinais fosse usada como língua de instrução nos espaços destinados a escolarização dos surdos durante um longo período, pois o uso da língua de sinais não coadunava com a ideia de inclusão vigente à época, visto que esta era pautada na normalização dos surdos. Alegavam ainda, os que defendiam as abordagens mencionadas, que a língua de sinais dificultava a comunicação entre professores ouvintes e alunos surdos (SKLIAR, 2010).

O espaço escolar, em virtude desse pensamento, foi se tornando uma espécie de clínica de reabilitação de surdos. As escolas criadas especificamente para recebê-los ganharam, ao passar do tempo, aspectos de asilos depositários, pois juntavam em seu interior aqueles cuja sociedade não sabia como lidar. A prática docente dava lugar aos exercícios de desenvolvimento da fala, deixando, assim, os conteúdos em segundo plano. Tal situação perdurou por todo o século XIX (LEITÃO, 2008) e sua consequência foi que os surdos que vivenciaram esse tipo de educação, em sua grande maioria, não foram exitosos em seus estudos, o que se refletiu, de forma negativa, também na vida profissional desses sujeitos. Mas o quadro apresentado há pouco nem sempre foi condizente com a realidade educacional dos surdos.

Anterior à data de 1880, em que ocorreu o já mencionado Congresso, segundo Bernarab e Oliveira (2007), na França, o Abade Charles de L'épée fundou a primeira escola pública gratuita para surdos, Instituto de Surdos Mudos de Paris. Nesta, a língua de sinais era utilizada como língua de instrução porque L'épée defendia o seu uso na educação dos surdos:

O Abade Charles Michel de L'épée propõe uma leitura diferente da situação dos surdos, argumentando que o uso de uma linguagem baseada em sinais e gestos iria facilitar a aprendizagem da língua francesa. Segundo ele, os gestos eram importantes para o crescimento da inteligência e achava que existia uma memória visual apoiando a memória auditiva (BERNARAB; OLIVEIRA, p. 1).

Alguns alunos que se formaram nessa escola, posteriormente integraram seu corpo docente. Mas no Congresso que decidiu o destino educacional dos surdos, somente três dentre esses estavam presentes, em oposição a uma grande maioria ouvinte que se mostrava favorável ao oralismo e contrário ao uso da língua de sinais na educação dos surdos.

Este congresso foi um marco na oficialização do método oral. ("método dito de articulação usando a leitura da fala pelos lábios"). As representações nacionais foram repartidas da maneira seguinte; de 254 inscritos, 156 delegados foram italianos, 66 eram franceses, 19 ingleses e norte americanos e 13 alemães, suíços, russos, suecos e noruegueses. Só três surdos participaram à este

congresso: Theobald, professor em Paris, Forestier, diretor da Escola de Lyon, antigo aluno do Instituto de Paris, e Denison intendente da Kendall School, escola primária na tutela do colégio de Washington. (PINHEIRO, 2012)

Como forma de resistência, os ex-alunos, surdos, de L'épée levaram suas ideias há vários outros países. Como exemplo disto há o caso de Laurent Clerc, surdo, que fundou a primeira escola para surdos nos Estados Unidos da América, sendo o seu primeiro professor de Língua de Sinais. No Brasil, no ano de 1857, o também ex-aluno de L'épée, Hernet Huet fundou, a convite de D. Pedro II, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos do Brasil – IISM, chamado atualmente por Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES (BERNARAB e OLIVEIRA, 2007).

Assim se inicia a escolarização dos meninos surdos do Brasil. Porém, a partir de 1880, o oralismo se tornou oficial na Educação dos surdos e aos poucos banuiu a língua de sinais e os professores surdos do quadro educacional brasileiro, em semelhança ao que aconteceu nos países da Europa (PINHEIRO, 2012).

Somente com as políticas inclusivas iniciadas nos países em desenvolvimento, na década de 1990, é que a língua de sinais retorna ao cenário educacional no Brasil (MACHADO, 2008). A Declaração de Salamanca de 1994, da qual o Brasil é signatário, fez com que houvesse no país o surgimento de leis que favoreceram a inclusão, como no caso da Lei 10.098/00, que garantiu ao surdo o direito de ter intérpretes de língua de sinais nas instituições de ensino (BRASIL, 2010), possibilitando assim a inserção desse profissional na escola regular de ensino e marcando, segundo Aquino (2015), a inclusão do diferente nesse âmbito. Em 2002 há a oficialização da Língua Brasileira de Sinais (BRASIL, 2002) e em 2005 a publicação de seu o Decreto de Regulamento. Mas o atraso na implementação dessas políticas deixou muitos sintomas que ainda levarão tempo para serem remediados.

Somado aos resultados dos experimentos decorrentes das diferentes abordagens educacionais mencionadas há pouco, há também a realidade linguística dos surdos que não se faz igual em todas as regiões brasileiras. Na Região Nordeste, por exemplo, nem todos os surdos são falantes da Libras. Há aqueles que moram distantes dos grandes centros urbanos, onde o acesso à língua de sinais é restrito. Esses, para garantir as condições mínimas de subsistência social, criam uma comunicação denominada “sinais caseiros”, que, segundo Adriano (2010), trata-se de um sistema comunicativo gestual convencionado entre o surdo e seus familiares. Tais sinais surgem em decorrência de um estado de crise comunicativa no seio familiar, isto é, quando os pais da criança surda não sabem a língua de sinais nem a criança sabe a língua oral. Esses sinais são convencionados pelos familiares baseados em aspectos icônicos da realidade que os cercam. Adriano (2010) informa ainda que os “sinais caseiros” possuem um vocabulário curto, mas servem para manter uma comunicação básica e preservar os laços familiares.

Considera-se que os surdos que se encontram nessa situação estão em isolamento linguístico e só conseguem comunicar fatos no momento de sua ocorrência. Também não podem constituir uma consciência cultural nem identidade política social em virtude da falta de informações nas diversas áreas do conhecimento. Um dos principais fatores que contribuiu com a manutenção de tais condições foi o reconhecimento da Libras, enquanto língua e sua difusão tardia.

Assim, temos que a maioria dos surdos, apesar de se expressar por meio de gestos, não são todos falantes da Libras. No contexto educacional, por exemplo, há surdos que se comunicam por meio de “sinais caseiros” e outros que são oralizados.¹ De qualquer forma, excetuando os últimos, tanto os surdos que falam Libras como os que falam “sinais caseiros” se utilizam de uma estrutura linguística viso-espaco-gestual (QUADROS, 2002).

Contudo, vivendo em uma sociedade constituída por uma maioria ouvinte, os surdos, de maneira geral, precisam aprender o Português para poder se comunicar com ouvintes com quem convivem nos âmbitos familiar, laboral, entre outros. Esse fato os situa dentro de uma realidade bilíngue e bicultural, isto é, são partícipes da cultura surda e da ouvinte e falantes da Libras e do Português em sua modalidade escrita. Salienta-se que nem todos conseguem se apropriar da língua portuguesa, seja na modalidade escrita ou oral. A realidade educacional da maioria dos surdos e a própria modalidade da língua portuguesa fundamentada em unidades sonoras não contribuem para essa aquisição. Poucos surdos de nascença recebem uma educação que lhes proporcione a aquisição da leitura e escrita em português, e mesmo os que conseguem tal aquisição, dificilmente apresentam proficiência nessa língua. Geralmente, os surdos têm dificuldades com a sua semântica, pragmática e com a identificação de gêneros; também, com figuras de linguagem, como metáforas, ironias, humor e outros (VIEIRA, 2014).

Por essa razão a figura do Tradutor-intérprete se faz muito importante à educação do surdo. Como dito anteriormente, no Estado do Ceará, no início da década de 1980, ainda não haviam cursos acadêmicos ou técnicos para formação de intérpretes-tradutores de Língua de Sinais, nem muitos estudos na área. A maioria dos TIs eram familiares de surdos ou religiosos que trabalhavam como voluntários e tinham uma visão assistencialista sobre essa atividade. Segundo afirmam Masutti e Santos (QUADROS, 2008), a decorrência dessa visão é histórica e se deve em parte à Revolução Industrial ocorrida nos séculos XVIII e XIX. Nesse período, de modo geral, houve uma alteração na concepção de trabalho, o que também gerou mudança no papel social das pessoas, inclusive no dos surdos.

O trabalho manual, substituído pela indústria gerou a marginalização de muitos artesãos que não foram absorvidos pelo trabalho assalariado. Os surdos que vivenciaram esse contexto foram a razão da preocupação de muitos que compunham instituições religiosas, que realizavam trabalhos sociais, educacionais ou mesmo tinham parentescos com alguém que fosse surdo (RODRIGUEZ, 2001). A razão de tal preocupação era o isolamento social do surdo gerado pelo novo modelo econômico que se estabeleceu no período citado. Essa situação levou alguns desses parentes e religiosos a oferecerem trabalhos voluntários de interpretação em indústrias em que haviam empregados surdos, permitindo interação entre eles e seus patrões e colegas de trabalho.

Como afirma Rodriguez (2001, p.18),

Estes “intérpretes” que trabalham para o bem da comunidade surda, sem receber qualquer pagamento em troca. Funcionários que, em certa medida, excedem o seu próprio trabalho de interpretação profissional, como são entendidas hoje, porque na maioria dos casos também atuam como guias em situação de assistência, aconselhamento e apoio a pessoas surdas que, em

1. São chamados de surdos oralizados aqueles que passaram por um processo de aprendizado da fala oral, podendo assim se comunicar oralmente.

muitos casos praticavam superproteção². (traduzido pela autora)

Essa situação em que se encontravam os que realizavam trabalhos de interpretação de língua de sinais no tocante a formação e remuneração daquela época, se parecia aos intérpretes de língua de sinais brasileiros que atuavam no início da década de 1980. Estes, por iniciativa própria, buscavam formação em diversas áreas do conhecimento que pudessem qualificá-los para atuarem como tradutores-intérpretes. Também para exercer atividades paralelas a de interpretação para garantir sua manutenção financeira, já que isto não era possível conseguir por meio do serviço de tradução/intérpretação.

Embora houvesse esforço por parte dos poucos tradutores-intérpretes que havia à época, a comunidade surda brasileira ainda sofria a necessidade de integração escolar e social, por que não eramos capazes de atender todas as demandas advindas da comunidade surda. Reconhecendo, então, que essa só seria possível mediante a divulgação da língua de sinais e da formação de intérpretes, um grupo de surdos em reunião no Rio de Janeiro em 1987 cria a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos-Feneis. Esta atuava/atua em várias frentes e dentre as suas muitas ações há um programa de oferta do serviço de interpretação de Libras gratuito, segundo afirmação de Ramos (2004, p. 6):

Suas lutas são inúmeras, passando pela inclusão de profissionais surdos no mercado de trabalho (atualmente são mais de 800 surdos empregados em convênios firmados com empresas de vários tipos, além de apoio ao emprego direto); assistência jurídica gratuita para todo surdo que procurar a instituição; serviços gratuitos (para os surdos) de intérpretes de LIBRAS/português para atividades como consultas médicas, audiências, etc; cursos de LIBRAS para ouvintes; capacitação de instrutores surdos de LIBRAS;

A própria Feneis deu o primeiro passo para a organização profissional dos intérpretes de Língua de Sinais, organizando o primeiro encontro de intérpretes da Libras no Brasil. O encontro se deu no Rio de Janeiro nos dias 5 e 6 de agosto de 1988, isto é, um ano após a sua criação. Estiveram presentes no evento 68 (sessenta e oito) intérpretes e teve por título “Encontro Nacional dos Intérpretes em Língua de Sinais” (RAMOS, 2004). Dois anos após esse evento, em 1990, deu-se início, nos países em desenvolvimento, as políticas públicas voltadas à inclusão da pessoa com deficiência. O que permitiu a tomada da discussão sobre o uso da língua de sinais no cenário educacional no Brasil (MACHADO, 2008).

Em junho de 1994 foi organizado, pelo governo da Espanha, com cooperação da Unesco, na cidade de Salamanca, um congresso que contou com a presença de várias autoridades de importância mundial. Estes pertencentes a instituições governamentais e não governamentais ligadas à educação, para discutir políticas, princípios e práticas na área da Educação Especial. Desse congresso resultou o documento conhecido como Declaração de Salamanca, que dentre várias orientações à inclusão de pessoas com deficiência salienta que aos surdos deve ser ofertada educação na língua gestual de seu país:

2. *Estós “intérpretes” que trabajan por el bien de las personas sordas sin recibir ningún pago a cambio. Sus empleados superó en cierta medida su propia interpretación del trabajo profesional tal como se entiende hoy en día, ya que en la mayoría de los casos también actuaron como guías de la situación de la asistencia, asesoramiento y apoyo a las personas sordas en que, en muchos casos implicaba sobreprotección.*

21. As políticas educativas devem ter em conta as diferenças individuais e as situações distintas. A importância da linguagem gestual como o meio de comunicação entre os surdos, por exemplo, deverá ser reconhecida, e garantir-se-á que os surdos tenham acesso à educação na linguagem gestual do seu país. Devido às necessidades particulares dos surdos e dos surdos/cegos, é possível que a sua educação possa ser ministrada de forma mais adequada em escolas especiais ou em unidades ou classes especiais nas escolas regulares. (UNESCO, 1994, p. 24)

Corroborando com a orientação dada pela declaração de Salamanca, recentemente no Brasil foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão – LBI 13.146/15. Nesta, há a orientação para que seja ofertada educação em Libras aos surdos e acrescenta mais opções de espaços à escolarização dos surdos:

CAPÍTULO IV

Art. 28.[...]

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas (BRASIL, 2015);

Essa orientação pressupõe o domínio da Língua de Sinais pelos professores e/ou a presença de Tils atuando nas salas de aula. Contudo, são demandas que necessitam de investimento por parte do poder público e de tempo para capacitação dos professores e Tils.

INTÉRPRETE DE LIBRAS: SAINDO DA INFORMALIDADE RUMO A UMA IDENTIDADE PROFISSIONAL

No Brasil, embora que ainda de maneira incipiente, a observância da orientação da Declaração de Salamanca iniciou por meio da ação política que promulgou a Lei 10.098/00. Esta, dentre outras determinações, trata também da eliminação de barreiras comunicativas à pessoa surda:

CAPÍTULO VII

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Para alcançar seus objetivos, a referida Lei aponta o serviço de interpretação como possível solução e traz a primeira deliberação relativa à formação do Tils, demonstrando o reconhecimento de que esse seria o caminho mais favorável ao atendimento das demandas comunicativa da comunidade surda nos diversos âmbitos.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação (BRASIL,2000).

Dando sequência às ações políticas de inclusão, em 2002 ocorreu a oficialização da Língua de Sinais no Brasil, como esclarecido anteriormente (BRASIL, 2002). Pautado nas determinações destas leis, em 2004 houve em Fortaleza o primeiro curso de nível técnico para formação de tradutores/intérpretes da Libras (Tils). O curso foi promovido pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis) e conseguiu alcançar Tils da capital, Região Metropolitana (Maracanaú e Caucaia) e do interior do Ceará (Região do Cariri) que já atuavam sem formação específica.

Em 2005, a Lei da Libras (como ficou conhecida a Lei 10.436) e o Art. 18 da lei 10.098 foram regulamentados pelo Decreto 5.626/05. Esse dispositivo dispõe sobre aspectos da acessibilidade comunicativa dos surdos, especialmente, no âmbito educacional (BRASIL, 2005).

Reconhecendo a insuficiência de cursos de formação de tradutores/intérpretes e professores de Libras, e conseqüentemente a insuficiência desses profissionais para atender uma grande demanda nas diversas áreas sociais, foi instituído em 2006 o PROLIBRAS. Este surge como uma medida de caráter emergencial para certificação dos Tils, validando sua prática e cooperando para com o seu reconhecimento e inserção no mercado de trabalho (QUADROS *et al.*, 2009a).

Em acordo com as políticas afirmativas de inclusão brasileiras (Lei 10.098/00, Lei 10.436 e Decreto 5.626/05), a Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, em 2006, implementou o curso de licenciatura em Letras-Libras na modalidade à distância com acompanhamento virtual e semipresencial por meio do sistema de tutoria. Este ligado ao Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação à Distância e a Secretaria de Educação Especial (QUADROS, *et al.*, 2008).

Para sua efetivação foi necessário a constituição de nove polos distribuídos por todo o Brasil: a Universidade Federal do Amazonas, do Ceará, da Bahia, de Brasília, de Santa Maria e de Santa Catarina. O Centro Federal de Educação Tecnológico do Estado de Goiás, Universidade de São Paulo e o Instituto de Educação de Surdos do Rio de Janeiro. Todas essas instituições destinaram as vagas para licenciatura, do curso mencionado, prioritariamente, aos candidatos surdos, que juntos somaram um total de 500 alunos (QUADROS, *et al.*, 2008). Porém, os Tils não foram contemplados e continuaram sem um curso de formação superior, tão importante para sua atuação quanto para a atuação do professor de Língua de Sinais, pois tanto a formação acadêmica quanto o exercício da docência, por parte dos surdos, pressupõe a presença do Tils na efetivação de ambos os processos.

Pensando nisto, então, no ano de 2008, a UFSC iniciou inscrições para novas turmas, desta feita abrangendo, além da licenciatura, o bacharelado em Letras-Libras. Priorizando o ingresso de surdos à formação de professores, e dos ouvintes fluentes na língua de sinais à formação de intérpretes da Libras, respectivamente. Conforme o MEC (2016), no ano seguinte, em 2009, a UFSC abriu o curso de bacharelado e de licenciatura

em Letras-Libras na modalidade presencial. O currículo do curso de Licenciatura em Letras-Libras privilegiando o estudo da Libras, em todos os seus aspectos históricos e linguísticos. E o bacharelado, além destes, envolvendo também os Estudos da Tradução (QUADROS, *et al.*, 2008).

Concomitante à determinação, a implementação dos cursos de formação de professores e de TILS havia, também, a exigência da inclusão da Libras como disciplina obrigatória nos cursos de licenciatura. Para que as instituições de ensino superior se adequassem a essas determinações, foi estabelecido um prazo de dez anos. Prevendo-se que não seria possível formar professores e intérpretes suficientes para preenchimentos dos respectivos cargos antes da conclusão desse prazo (período de 2005 a 2015), instituiu-se, o já mencionado, PROLIBRAS (BRASIL, 2005).

Para melhor esclarecimento, Quadros (*et al.*, 2008) explicita que PROLIBRAS é um exame de proficiência promovido pelo MEC em parceria com a UFSC e o Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES. Este tem/teve como objetivo a certificação, por meio de exames de abrangência nacional, e de ocorrência anual, de professores e intérpretes da Libras. Saliento que, embora o exame vise à certificação, também, de professores, aqui nos interessa a categoria de *Proficiência em Tradução e Interpretação da LIBRAS/Língua Portuguesa/Libras Fluente em Libras, com nível superior completo e Proficiência em Tradução e Interpretação da Libras/Língua Portuguesa/Libras Fluente em Libras, com nível médio completo*. Tais exames eram realizados por bancas avaliadoras compostas por docentes surdos e ouvintes que eram profissionais intérpretes, linguistas, com amplo conhecimento em Libras, como previsto no Decreto 5.626/05:

CAPÍTULO V

Art. 20. Nos próximos dez anos, a partir da publicação deste Decreto, o Ministério da Educação ou instituições de ensino superior por ele credenciadas para essa finalidade promoverão, anualmente, exame nacional de proficiência em tradução e interpretação Libras/Língua Portuguesa.

Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras -Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior (BRASIL, 2005).

Suas ocorrências se deram um ano após o Decreto 5.626 ser publicado e tiveram a seguinte sequência: 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2013, sendo o último em 2015 (ano previsto pelo Decreto 5.626/05 para o fim dos exames de proficiência), perfazendo um total de sete exames realizados. O referido exame se deu nos locais onde se estabeleceram os polos do Letras-Libras, anteriormente mencionados. Em se tratando do Ceará, Fortaleza, sua capital, recebeu TILS de todo o Estado para prestarem o PROLIBRAS. A tabela a seguir mostra de forma panorâmica o número de inscritos e o desempenho dos TILS do respectivo Estado no exame de proficiência.

EXAME – CEARÁ

Categoria: *Proficiência em Tradução e Interpretação da LIBRAS/Língua Portuguesa/LIBRAS Fluente em LIBRAS*

ANO	NÚMERO DE INSCRITOS		NÍVEL SUPERIOR		NÍVEL MÉDIO		TOTAL	
	Nível Superior	Nível Médio	Aprovados	Reprovados	Aprovados	Reprovados	Aprovados	Reprovados
2006	28	38	11	17	15	23	26	40
2007	10	40	7	3	28	12	35	15
2008	6	32	4	2	16	16	20	18
2009	16	72	0	16	14	58	14	74
2010	25	80	9	16	14	66	23	82
2013	126		12				12	114
2015	183		37				37	146
TOTAL GERAL							176	489

TABELA 1 – EXAME PROLIBRAS – CEARÁ

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados encontrados em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134207>- consultado em 28 abril 2016.

Como é possível perceber na tabela, nos anos de 2011 e 2012 não houve PROLIBRAS, no entanto, não foram encontradas explicações formais sobre isto. A partir do ano de 2013, o PROLIBRAS deixou de fazer distinção de nível de escolaridade, sobre isto também não foram explicadas as razões. Acredito que, no último caso, tal medida resultou da lei do Tils (Lei 12.319/10) que oficializou a profissão sem a exigência do nível superior.

Considerando a ocorrência do PROLIBRAS que se dava em períodos mais curtos e em maior proporção que a do Letras-Libras, percebe-se que o índice de aprovação é muito baixo. O que significa, além de um baixo desempenho por parte dos Tils, também que há uma pequena quantidade de profissionais capacitados para o exercício da profissão frente aos desafios e a grande demanda existente.

Ainda sobre a formação do Tils, Quadros (*et al.*, 2008) alerta para o fato de que o PROLIBRAS não substitui todos os níveis educacionais e que o mesmo foi uma medida que resolveu uma demanda em curto prazo, já que os cursos acadêmicos de formação de professores e tradutores-intérpretes ocorrem em longos períodos. Assim, o PROLIBRAS e o curso de bacharelado em Letras-Libras possibilitou a certificação e formação, respectivamente, em nível superior de muitos intérpretes da Libras que atuavam na capital e no interior do Ceará. Embora essas ações tenham sido favoráveis aos Tils e também aos surdos, pois recebem os serviços de tradução e interpretação, em especial na educação, o número de tradutores-intérpretes certificados pelo PROLIBRAS e pelo Letras-Libras

somados ainda não são suficientes para atender a demanda do Estado. Pois, segundo o IBGE, o Ceará congrega “cerca de 250 mil entre surdos e deficientes auditivos”³.

Nesse sentido, Quadros (2002) salienta que a presença do Tradutor/Intérprete contribui para o avanço dos surdos em termos educacionais, políticos e sociais, pois é por meio dele que se dá o seu acesso aos respectivos conteúdos. Assim, é possível inferir, também, que a falta desse profissional ou do serviço de interpretação ofertado de forma inadequado pode gerar entraves em diversos âmbitos da vida dos surdos, especialmente na Educação.

O TRADUTOR-INTÉRPRETE DA LIBRAS NA EDUCAÇÃO

A partir do ano 2000, como afirma Aquino (2015), os documentos oficiais passaram a definir o Tradutor Intérprete da Libras e orientar sua atividade no âmbito escolar. Como faz o Decreto 5626/05 em seu Cap. V e Art. 19. e a Portaria Ministerial do MEC nº 3284/11 em seu Art. 2º, Inciso II – a, respectivamente.

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação em instituições de ensino médio e de educação superior;

II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental (BRASIL, 2005);

II - quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

a) de propiciar, sempre que necessário, intérprete de Língua de Sinais/ língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno (BRASIL, 2011);

Na verdade a figura do Tradutor-Intérprete, na educação surge a partir do cumprimento às exigências de políticas educacionais de vários países (LACERDA, 2009) que se voltaram a sua atenção ao Tils que atua, especificamente, na Educação. Por essa razão e também por outras que dizem respeito as suas atividades laborais, Cristina B. F Lacerda em sua obra “Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental” para diferenciá-lo dos que atuam nos demais espaços, passa a utilizar o termo Intérprete Educacional-IE (doravante IE) para designá-lo. Pois, segundo ela, esta terminologia remete às peculiaridades geradas em decorrência de suas demandas funcionais e relações interpessoais existentes no espaço escolar.

3. Diário do Nordeste. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/online/deficientes-auditivos-celebram-dia-nacional-do-surdo-na-praca-da-imprensa-1.852065.>>

Ainda sobre as questões relacionadas às terminologias e suas designações, Lacerda (2009), Gesser (2011) e Aquino (2015) corroboram em afirmar que por realizarem, no espaço escolar, traduções em dados momentos o IE pode ser identificado também como tradutor. Quando isto ocorre, há também uma designação de funções, pois se reconhece que sua atuação se dá *para além da interação face a face* recorrente em sala de aula. Aquino (2015, p. 41) complementa esta afirmação dizendo que na Educação tal ampliação não pode se constituir uma opção, mas uma imposição do próprio ambiente de trabalho, pois as atividades realizadas pelo Intérprete Educacional envolvem tradução de:

Traduções exigidas pelo contexto de sala de aula	Justificativas
1. Tradução do Português para a Libras de Textos didáticos.	A maioria dos surdos tem dificuldade para atribuir significado ao ler. Isto pode ocorrer por causa das práticas pedagógicas de ensino de leitura e escrita da língua portuguesa que se fundamentam na codificação e decodificação dos sons. A isto também se associa a falta de uma língua materna que possa servir como suporte para o desenvolvimento de sua alfabetização na língua portuguesa (KARNOPP; PEREIRA <i>in</i> LODI <i>et al.</i> , 2013).
2. Tradução de atividades escrita realizada por alunos surdos, para o Português oral ou correções textuais na forma escrita.	Os alunos surdos se queixam de escrever em uma língua que não é deles. Dizem pensar em imagens e que a escrita em Português os obriga a transformar as imagens em palavras, por isso, na hora de escrever sentem grande dificuldade. Assim se faz necessária a intervenção do IE junto à produção textual do aluno surdo, tanto para lhe dar suporte linguístico como para torná-la acessível aos que precisam compreendê-la (KARNOPP e PEREIRA <i>in</i> LODI <i>et al.</i> , 2013).
3. Tradução de conteúdos escolares e seu registro em vídeo.	Os alunos ouvintes têm à sua disposição todo o material didático em sua primeira língua podendo acessá-lo para estudo individual quando julgar necessário, mas o aluno surdo não pode acessar esses conteúdos com a mesma facilidade. Por essa razão, o IE precisa preparar esse conteúdo em Libras para que o aluno possa acessá-lo quando precisar revisar conteúdo ou mesmo realizar as atividades extraclasses (AQUINO, 2015).

QUADRO 2 – Traduções exigidas pelo contexto de sala de aula (continua)

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Lodi e Lacerda (2009) e os dados coletados em entrevista com os Intérpretes Educacionais

Para Lacerda (2009), Gesser (2011) e Aquino (2015), o IE se constitui em o terceiro elemento da sala de aula e seu papel, além dos já mencionados, é também o de mediar os processos discursivos ocorridos nesse espaço. Assim, não somente interpreta os conteúdos, mas intermedeia os diálogos professor/aluno, aluno/professor e aluno/aluno sendo ainda corresponsável pelo processo de ensino e aprendizagem. Se levarmos em consideração o professor, o número de alunos surdos e ouvintes presentes em sala de aula, é fácil concluir que a intermediação de todas as interlocuções não permite ao IE descanso durante sua permanência em sala de aula. Além disso, algumas atividades citadas no quadro anterior, como disponibilizar a tradução do material didático em vídeo, exige o uso de tecnologias que nem sempre estão disponíveis no ambiente escolar, o que pode impor ao IE além das habilidades de seu manuseio, a busca desses recursos por meios próprios.

Acrescentando, a todo este esforço, também há a necessidade de desenvolvimento

de habilidades psicológicas para administrar as tensões emocionais ocorridos no ambiente de sala de aula, pois o espaço da sala de aula é compartilhado por vários atores que, apesar de estarem ligados uns aos outros, protagonizam papéis diferentes. Todavia, Lacerda (2009) chama a atenção afirmando que o papel do IE pode ser confundido pelos demais atores, pois assume uma relação tênue entre a docência e a interpretação. Essas possíveis confusões de papéis podem gerar conflitos entre professores e IE, no tocante a responsabilidade para com o aluno surdo, visto que, em decorrência da dificuldade comunicativa, o professor regente pode compreender que sua responsabilidade no processo do ensino e aprendizagem é direcionada somente aos alunos ouvintes. Por extensão a essa ideia pode se atribuir ao IE o êxito ou o fracasso educacional da criança surda (LACERDA, 2009). Outro ponto de tensão, apontado pela autora, diz respeito ao fato de que o professor está habituado a protagonizar a docência de forma solitária. Assim, a inserção de um novo ator pode além de causar sensação de vigilância a sua ação docente pode também disputar com ele o espaço que antes era só seu.

Todos esses eventos exigem do IE o gerenciamento das relações de modo a amenizar os conflitos que naturalmente surgem no espaço de sala de aula e nas demais dependências da escola.

A compreensão de que seu trabalho deve ser realizado com foco no aprendizado do aluno surdo e em parceria harmônica com o professor deve ser inerente ao IE. A despeito de todos esses elementos que circundam sua ação, é exigido ainda que deva ter clareza em relação a sua atuação enquanto IE, o que é bem difícil diante de tantas atribuições e demandas. Além das situações que exigem bastante equilíbrio emocional, há também aspectos de ordem física do espaço que implicam diretamente no desempenho de sua função. Isto é, o espaço da sala de aula ocupado por ele e sua posição física em relação ao professor, aos alunos ouvintes e surdos pode interferir diretamente no resultado de seu trabalho.

A inclusão de um aluno surdo em sala de aula requer algumas adaptações que, comumente, os atores do universo escolar ignoram. Por essa razão também compete ao IE realizá-las, pois é ele quem, geralmente, detém conhecimentos sobre as peculiaridades da pessoa surda. Inclusive o professor espera dele orientações quanto ao processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo (AQUINO, 2015). Quanto às adaptações de ordem físicas, são inúmeras e vão desde a observância da direção da luz, para que não haja sua inserção diretamente nos olhos dos surdos, a reserva de assentos na primeira fileira o mais próximo possível do professor e do quadro branco, para priorizar a sua visão em relação ao professor e ao conteúdo exposto, ao IE e recurso didático utilizado. Cabe também ao IE fazer o esclarecimento quanto a importância destas adaptações e negociá-las, quando necessário, junto ao professor.

Quadros (2002) afirma que o IE e os alunos surdos desenvolvem uma relação muito próxima e que chegam, inclusive, a se influenciarem mutuamente ocasionando o estreitamento de laços. Isso ocorre porque o IE, na maioria dos casos, é a única pessoa na sala de aula que fala a língua do aluno surda.

É necessário também considerar que a pessoa surda que se encontra no Ensino Fundamental ainda não tem concluído processos linguísticos e mentais. Isto porque na

maioria dos casos o primeiro contato da criança surda com a língua de sinais se dá na escola (Lacerda, 2009). Como afirma Strobel (2008), 95% das crianças surdas são filhas de pais ouvintes e, por estes não saberem a Língua de Sinais, não tem uma língua até ingressar na escola, geralmente. Por isso, é importante que o IE desempenhe muito bem a sua função em termos linguísticos e pedagógico, pois em casos que se afiguram desse modo, será o IE o responsável por transmitir a língua de sinais à criança surda.

Mas diante do desconhecimento da sociedade sobre essa função e sobre a própria Língua de Sinais, como avaliar a competência linguística e tradutória de um IE no uso desta língua? Quais os critérios estabelecidos para realizar a seleção desses profissionais para sua atuação na Educação, em especial no Ensino Fundamental? Esses critérios podem garantir o seu bom desempenho?

O capítulo que se segue busca responder essas indagações por meio de um recorte do percurso feito pelo Tradutor-Intérprete da Língua de Sinais que atua na Educação do Estado do Ceará. Para tanto faço um resgate do início de nossa atuação na Capital do Ceará, mesclando à atuação do TIs/IE no interior deste Estado por meio dos resultados de um trabalho de pesquisa, realizado em Limoeiro do Norte, que buscou os aspectos relacionados à formação, contratação, função e papel do IE.

PERCORRENDO CAMINHOS

Sei que muitos dos que estão lendo este ensaio não conhecem o estado do Ceará, mas não pretendo aqui cansar o leitor com uma aula de geografia, por isso vou direto ao ponto, isto é, a cidade em que fiz a pesquisa, cujo os resultados estão aqui demonstrados, chama-se Limoeiro do Norte. Trata-se de um município que se encontra, no Estado do Ceará, como já dito antes, localizado na Mesorregião do Jaguaribe, na Microrregião do Baixo Jaguaribe. Consta nos dados oferecidos pelo IBGE¹ que esse município tem uma população de 58.552 habitantes e sua principal fonte de renda e empregos vem do agronegócio e da agricultura familiar. Nesta pequena cidade há aproximadamente 40 instituições educacionais, entre públicas e privadas. No âmbito estadual há três escolas e uma faculdade (Faculdade Estadual Dom Aureliano Matos – FAFIDAM). No âmbito federal, há um campus do Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Ceará – IFCE².

Quanto às escolas municipais regulares, de acordo com informações dadas no site <http://www.escol.as/65902>³, as de Ensino Fundamental que se encontram na zona urbana e comunidades periféricas a Limoeiro do Norte formam um total de dezesseis, sendo assim organizadas:

Escolas municipais de Limoeiro do Norte	
Níveis e modalidades de ensino	Quantidade
Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano)	4
Educação Infantil e Ensino Fundamental I (1º ao 5º ano)	10
Educação Infantil e Ensino Fundamental I e EJA (Educação de Jovens e adultos)	1
Ensino Fundamental e Educação Especial (somente nos anos iniciais do Ens. Fund.).	1
Total	16

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados coletados nos Disponível em: <<http://www.escol.as/65902>> Acesso em: 24 jan. 2017. Disponível em: <<http://www.escol.as/65902-jose-hamilton-de-oliveira>> Acesso em: 24 jan. 2017.

Dentre estas, seis têm salas de Atendimento Educacional Especializado – AEE⁴, mas somente duas apresentam em seu quadro funcional o Intérprete Educacional. Trata-se da EEF Padre Joaquim de Meneses, localizada à Avenida Dom Aureliano Matos, 1853 e a EEF Judite Chaves Saraiva, localizada a Rua Célio Santiago, 430, ambas estão situadas no centro da cidade, na zona urbana.

Para ter uma ideia do universo de atuação desses Interpretes Educacionais observe a tabela elaborada a partir das informações contidas no PPP destas escolas, referente ao intervalo que compreende os anos de 2011 e 2012. Isto porque os PPPs de ambas as

1. Disponível em: <[idades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230760&search=cearallimoeiro-do-norte](http://dados.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230760&search=cearallimoeiro-do-norte)> Acesso em: 24 jan. 2017.

2. Disponível em: <<http://www.qedu.ORG.br/busca/106-CE/3627-juazeiro-do-norte>> Acesso em: 24 jan. 2017.

3. Disponível em: <<http://www.escol.as/65902>> Acesso em: 24 jan. 2017.

4. Disponível em: <<http://www.escol.as/65902-jose-hamilton-de-oliveira>> Acesso em: 24 jan. 2017.

ecolas se encontravam desatualizados. Porém, no final do ano de 2016 tínhamos dados diferentes, superiores aos apresentados a seguir, isto é, no tocante aos alunos ouvintes, porque em relação aos alunos surdos os números se mantiveram até o final do ano de 2016. Ano em que fiz minha última visita às respectivas escolas.

Escolas	Níveis escolares	Número de Turmas	Total de alunos	Número de alunos surdos	Intérprete Educacional
EEF – Padre Joaquim de Meneses	Ens. Fund. anos finais	16	423	1	1
EEF Judite Chaves Saraiva	Ed. Infantil	3	472	1	1
	Ens. Fund.	11			

QUADRO 3 – Dados das escolas pesquisadas

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados coletados nos PPPs das EEFs Padre Joaquim de Meneses e EEF Judite Chaves Saraiva.

A Escola Padre Joaquim de Meneses faz, em seu PPP, menção a uma sala de “Educação Especial” e sala de AEE. De fato o que vi remete ainda ao conceito de “Educação Especial”, que apesar de ter sido importante para formular o conceito de inclusão em sua atual concepção, ainda traz as marcas de uma educação sob o viés clínico. Ao visualizar a sala destinada a Educação de alunos ditos “Especiais”, não pude deixar de notar a contradição com o anúncio em sua porta de entrada confeccionado em EVA, “sala inclusiva”. Esta sala fica localizada no final do pavilhão direito, da escola, próximo ao pátio, sua entrada, substituindo a porta de madeira, tem um portão de ferro.

Penso que o que é inclusivo de fato, se sente, se percebe ao adentrar sem que seja preciso anunciar. Quando o ambiente é inclusivo todos frequentam, todos sentem que aquele espaço é seu. Porque o inclusivo é democrático, acolhe a todos sem distinção, e ao mesmo tempo não é vaidoso, não se alto proclama, simplesmente é. Assim todo espaço que se diz inclusivo, no fundo reconhece que está deixando alguém de fora, na verdade está reconhecendo que não o é, mas que tem a boa intenção de sê-lo.

Por isso, mesmo sabendo que aquela sala na verdade segrega ao invés de incluir, sabia que a intenção não era essa. Havia na direção da escola e nos professores um real desejo de incluir os alunos ditos “Especiais” na educação.

Embora reconheça esta boa intenção, não posso deixar de lamentar por testemunhar tamanho equívoco na educação dos surdos, acontecendo em uma cidade que dista apenas 300 km de Fortaleza, onde os caminhos da educação de surdos se estabelece sobre outros vieses e modelos, mesmo que ainda busque se aperfeiçoar.



FIGURA 1 – EEF Padre Joaquim Meneses

Fonte: Autora

A “Sala Inclusiva” é ampla, pouco arejada, pouco iluminada e de piso opaco, mas bem decorada e tem ao fundo dois banheiros, um feminino e outro masculino, ao lado destes tem um gelágua com uma bandeja com copos sobre ele, uma estante de alvenaria que se aproxima do teto com muitos livros e jogos infantis. À sua frente tem um enorme quadro de giz com o alfabeto manual decorando o seu contorno superior. Fui professora de educação infantil e sei que esta sala ajuda bastante ao professor atender as necessidades de seus alunos, mas também distancia as crianças dos demais espaços de convivência da escola. Os encontros com os colegas nas idas aos banheiros, ao bebedoro, ao pátio etc, infelizmente em um contexto inclusivo, a sala tem uma conotação inversa.



FIGURA 2 – Sala Inclusiva da Escola Padre Joaquim Meneses

Fonte: Autora

Nesta ficam doze alunos e três profissionais, a professora regente, um cuidador e o Intérprete Educacional da Libras. O tempo de aula é diferenciado, compreendendo o intervalo de sete às dez horas da manhã. Há entre os alunos uma diversidade de comprometimentos, alguns apresentam deficiência de ordem intelectual, motora e, outros, sensoriais. Dentre estes há apenas uma aluna surda, que já se encontra com 21 anos de idade e não sabe Libras, sendo essa a faixa etária da maioria dos alunos.

Já a EEF Judite Chaves Saraiva, é uma escola bem localizada, de fácil acesso à

comunidade que atende a Educação Infantil. Esta escola conta com quatorze salas de aula e uma sala de AEE, fora as demais dependências.



FIGURA 3 – Sala de AEE da EEF Judite Chaves Saraiva
Fonte: Autora

Dentre os alunos atendidos na sala de AEE se encontra uma criança surda que cursa o primeiro ano do Ensino Fundamental. Segundo o IE que trabalha na referida escola, a criança não sabe Libras e seus pais não querem que aprenda, por essa razão o IE foi impedido de fazer o seu trabalho de interpretação das aulas. Por consequência disto o IE teve sua função alterada, junto a secretaria de educação municipal, para cuidador(a). Neste ponto observa-se a falta de clareza da secretaria de educação quanto as atribuições de um e outro profissional. Embora não tenha mencionado algo sobre este viés, acredito que o IE aceitou a troca de função em decorrência da necessidade da manutenção do emprego.

Embora minhas visitas tenham se dado em duas escolas trabalhei colhendo dados junto a 3 (três) IEs. Isto porque em 2015 por razão do término de contrato do IE-1 junto a secretaria de educação municipal, foi substituído pelo IE-3. Este ingressou na EEF Padre Joaquim de Meneses no início do ano de 2016 e integrou também o conjunto de sujeitos da pesquisa, considerando que a mesma foi iniciada em julho de 2015 e concluída em junho de 2016.

A história desses intérpretes se identifica com a nossa, parece ser uma retrospectiva de tudo que vivenciamos nos anos de 1980 e 1990 em relação ao envolvimento com a comunidade surda, a busca por aperfeiçoamento e o reconhecimento profissional. Por essa razão uma apresentação mais detalhada destes TIs/IEs é muito importante pra entender como eles se constituem em profissionais da língua de sinais estando fora das discussões, recorrentes nos grandes centros urbanos, que pautam a sua profissão. Para proteger sua identidade eles serão chamados de IE-1, IE-2 e IE-3.

OS INTÉRPRETES EDUCACIONAIS DE LIMOEIRO DO NORTE: UMA REPRESENTAÇÃO DA AÇÃO DO TILS NO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ.

A cidade de Limoeiro do Norte tem uma comunidade surda organizada, lembrando que tal comunidade não é integrada somente por surdos, mas também por ouvintes que têm algum envolvimento pessoal, afetivo, parentesco ou profissional com pessoas surdas (STROBEL, 2008). Essa comunidade se evidencia na sociedade limoieirense por meio das atividades desenvolvidas na e pela Associação dos Surdos de Limoeiro do Norte – ASLN.

Segundo informe dado pela TV Jaguar em julho de 2013 em seu sítio (Disponível em: <<http://www.tvjaguar.com.br/site/noticia.php?Tid=4197>>), a ASLN foi fundada em 2009 por João Eckner Eduardo Filho (surdocegueira) e tem como objetivo a socialização, a prática de esportes e a luta pelos direitos dos surdos da Região do Vale do Jaguaribe. Esta, como as demais associações de surdos, se constitui em um espaço democrático que recebe muitas pessoas ouvintes interessadas em aprender a língua de sinais por meio do contato direto com pessoas surdas e contribuir de alguma forma com suas demandas.

Muitos destes, além de se engajarem aos movimentos relacionados às causas dos surdos, quando conseguem desenvolver certo nível de proficiência na língua de sinais acabam se tornando intérpretes empíricos da Libras e, por conseguinte, também se inserem no mercado de trabalho exercendo a dita função. Como as demais associações de surdos situadas no Ceará, a ASLN tem como ponto alto os encontros realizados aos sábados a noite. Nos demais dias e horários da semana é natural a circulação dos surdos nos demais espaços sociais como comércio, áreas de lazer e escolas, podendo também nesses lugares despertar o interesse de pessoas ouvintes ao aprendizado da Língua de Sinais. A exemplo disto temos os três Intérpretes Educaionais, anteriormente apresentados, os quais dentro deste universo são os únicos a atuarem em escolas de Ensino Fundamental de Limoeiro do Norte, por essa razão serão apresentados de forma mais detalhada na tabela que se segue:

Identificação	IE-1	IE-2	IE-3
Local de origem	Limoeiro do Norte	Limoeiro do Norte	Limoeiro do Norte
Idade	19	29	23
Início do contato com a comunidade surda	Desde crianças, (não soube precisar a idade)	15 anos de idade ingressou na comunidade surda.	Desde criança (não soube precisar idade)
Início da atuação como Tils	16 anos de idade iniciou interpretações em eventos	26 anos iniciou o trabalho de interpretação na associação de surdos.	15 anos de identidade iniciou interpretações no contexto religioso (Testemunha de Jeová)
Formação	Ensino Médio	Ensino superior incompleto (Pedagogia)	Ensino Médio
Tempo de atuação como IE	3 anos	3 anos	3 meses

Escola e série em que atua	EEF – Padre Joaquim Meneses/segundo segmento do sexto	EEF– Judite Chaves Saraiva /1º ano	EEF – Padre Joaquim Meneses
----------------------------	---	------------------------------------	-----------------------------

QUADRO 4 – Perfil dos sujeitos (continua)

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados coletados em entrevista realizada no dia 17 de julho de 2015 com os IE - 1 e 2, e no dia 06 de junho de 2016 com o IE-3, respectivamente.

O IE-1, teve contato com a comunidade surda ainda criança por intermédio de seu irmão, que na época evangelizava aos surdos no contexto religioso das Testemunhas de Jeová. Segundo ele, sua primeira interpretação foi aos dezesseis anos de idade e sentia dificuldades, mas que com o tempo essas foram diminuindo. Isto testifica as afirmações de Masutti e Santos (*in* QUADROS, 2008) quando dizem que o intérprete de língua de sinais surge também em contextos religiosos com vistas ao evangelismo de surdos e que as Testemunhas de Jeová, em específico, têm colaborado na formação de Tils.

Já o IE-2 teve seu primeiro contato com a Libras aos quinze anos de idade quando foi contratada por uma família de Fortaleza para trabalhar como babá, sem saber que se tratava de um casal de surdos. IE-2 disse que ao chegar à residência da dita família, se surpreendeu ao descobrir que o casal era surdo. Entrou em conflito pois não sabia como proceder com eles, mas como precisava do emprego permaneceu com o casal e foi se acostumando com os seus hábitos e aprendendo a se comunicar. O dito casal costumava frequentar a Associação de Surdos do Ceará – ASCE aos sábados a noite. Como era babá de sua filha tinha que acompanhá-lo.

Na ASCE, o IE-2 sofreu um grande impacto quando se deparou com muitos surdos reunidos em um só lugar. Sentiu como se estivesse em um outro planeta, disse ele(a). Sua primeira atitude foi ligar para seus pais para lhes contar onde estava e o que estava vivenciando, estava impressionado com a comunicação dos surdos.

Com o passar do tempo foi se envolvendo com a comunidade surda e depois de algumas visitas foi impelida pela necessidades dos surdos que ali frequentavam a fazer suas primeiras interpretações. Tratava-se de telefonemas aos familiares dos surdos que iam a ASCE e necessitavam se comunicar com familiares por motivos diversos. O dito casal na época patrões do IE-2, tratava-se de Erika Eckner e Assis Saraiva. Assis foi presidente da ASCE no ano de 2001 até 2005. Assim o IE-2 aprendeu a língua de sinais, por meio da convivência com a família e com os demais surdos que frequentavam a dita associação.

Depois de já ter obtido fluência na Língua de Sinais, por motivos pessoais, o IE-2 retornou a sua cidade de origem, Limoeiro do Norte. Nesse ínterim, João Eckner, irmão de Erika Eckner, fundou em Limoeiro a ASLN, onde o IE-2 passou a colaborar com as suas atividades. Isto lhe proporcionou, posteriormente, um contrato de trabalho em uma escola municipal como intérprete da Libras.

O IE-3, em semelhança ao IE-1, iniciou o contato com a comunidade surda ainda criança também em contexto religioso das Testemunhas de Jeová na própria cidade de Limoeiro do Norte. Diz ter sido apresentado à comunidade surda por sua irmã, não sabendo ao certo precisar a idade na época. Diz ainda que o início de seus trabalhos como Tils se deu aos quinze anos de idade em contexto religioso, mas na educação sua primeira

experiência se deu a partir de seu ingresso na escola Padre Joaquim de Meneses. Ele obteve um contrato temporário com a prefeitura para atuar como IE nesta escola. A tarde, na EEF Ester Guimarães Malveira, exerce a função de cuidador de uma criança com deficiência intelectual. Na data em que concedeu entrevista, 6 de junho de 2016, faziam, segundo ele, apenas três meses de contratação.

Alem dos Intérpretes educacionais mencionados, as instituições representativas da comunidade surda, Apada e Apilce, por meio de suas secretárias executivas Joelma Vasconcelos e Jocélia Carlos, respectivamente, foram importantes colaboradoras. Elas me forneceram acesso aos documentos que atestam o início das formações e contratações dos Intérpretes Educacionais no Ceará. Estes foram: cópia da ata de fundação da Apilce, cópia da rescisão de contrato referente a primeira contratação por terceirização de Tils no Ceará por meio de parceria estabelecida entre Apada e Governo do Estado e certificados de formações realizadas pela Apilce. Todos esses documentos aliados aos depoimentos dos IEs que colaboraram com as informações aqui expostas, formam um mosaico que narra os caminhos percorridos por nós Tils do Ceará no intervalo que compreendeu os anos de 1989 á 2017.

Para compreender o percurso de nossa trajetória estabeleci quatro categorias para serem narradas e discutidas, são elas: *formação, contratação, função e papel* no do Intérprete Educacional.

A ATUAÇÃO DO INTÉRPRETE EDUCACIONAL DE LÍNGUA DE SINAIS NO CONTEXTO EDUCACIONAL DE LIMOEIRO DO NORTE: UM RECORTE DA ATUAÇÃO DO TILS NO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ

Este capítulo se constitui no cerne deste trabalho, pois nele estão os resultados que devem alcançar os objetivos propostos na efetivação da investigação realizada. Portanto, para iniciá-lo se fez importante relembrar as perguntas que os nortearam, pois foi a partir delas que surgiram as categorias que aqui serão analisadas e discutidas à luz dos dados encontrados no campo e nos autores que abordam a temática. Tais perguntas foram: Que aspectos caracterizam a atuação do Intérprete Educacional nas escolas de Ensino Fundamental de Limoeiro do Norte? Qual a sua formação? Quais as funções atribuídas a ele? E qual o seu papel no âmbito escolar? As respectivas categorias que emergiram dessas indagações foram: formação, contratação, função e papel. Estas foram postas mediante uma lógica sequencial, considerando que a formação é o primeiro requisito para se garantir a contratação de alguém que almeja ocupar determinado cargo em uma dada empresa. Assim, a sua função e papel vêm a seguir por meio de seu desempenho após a ocupação deste cargo.

As duas últimas categorias são muito semelhantes, inclusive, apresentando nos dicionários da língua portuguesa uma relação de sinonímia, como no caso do dicionário Aurélio (1993). Dentre as muitas definições encontradas nestes, há a do termo *função* na perspectiva de *cargo*, *serviço* ou *ofício*, e também como *ação própria ou natural de um órgão, aparelho ou máquina*. É nesta perspectiva que faço uso deste termo, pois, ao me referir à *função* do Intérprete Educacional na escola, estou apontando para o cargo que ocupa e o serviço que executa dentro do cenário escolar. Este aspecto é que o define junto à Secretaria de Educação para efeito de contratação. Já o *papel*, dentre outras definições, também é compreendido como *parte que cada ator desempenha*, o que sugere algo que é produzido pelas relações sociais em um dado contexto. E diferentemente da *função* que passa a se determinar a partir da formação e posteriormente da contratação, o *papel* pode ser conquistado ou atribuído dependendo das relações que se estabelecem ao longo do tempo no ambiente de convivências dos sujeitos.

Partindo então das categorias estabelecidas, iniciarei a discussão com os autores e os dados encontrados, compreendendo que tais categorias ao serem analisadas podem se entrelaçarem remissivamente, pois se encontram no bojo de um mesmo processo.

FORMAÇÃO

Sobre nossa formação acadêmica, enquanto Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais, a Lei 12.319/10 determina em seu Art. 4º o nível médio como sendo o nível escolar necessário ao exercício dessa profissão: *A formação profissional do tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, em nível médio, deve ser realizada por meio de: [...]*

A despeito da referida Lei, Gesser (2011) afirma que a maioria dos Tils realiza as suas atividades na Educação sem ser licenciados. Porém, como apresentado nos capítulos

anteriores, as situações vivenciadas em sala de aula pelo IE exigem conhecimentos que vão além dos conteúdos aprendidos no Ensino Básico. Assim, a realidade acadêmica apresentada pelos Intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte não é uma prerrogativa específica deles nem do local em que atuam, é uma realidade compartilhada pela maioria dos Tils lotados em escolas de várias outras cidades do Ceará.

Ao serem questionados sobre sua formação os IEs de Limoeiro responderão que tinham...

IE-1

“Ensino Médio completo. / ...Embora tenha tentado alguns vestibulares... não tenho passado ainda,..., pretendo continuar... ingressar na faculdade ou passar em um concurso, mesmo que não seja aqui na cidade, mas pretendo continuar de alguma forma estudando ainda na Libras, na questão de língua.”

IE-2

“Ensino superior incompleto./ Eu tô... concluindo no início do próximo ano a faculdade, se Deus quiser..., eu to terminando o curso de pedagogia no próximo semestre e... Eu e o *IE-2*, a gente tava tentando fazer um curso agora de Libras, que viria aqui pra Limoeiro, mas ainda não deu certo, não dando certo... próximo ano a gente pretende fazer lá em Fortaleza, né. Porque mais pessoas unidas, mais fácil a gente conseguir, do que só...”

IE-3

“Olha formação, apenas o Ensino Médio.”

Embora seja denotada, na fala dos Tils, que eles exercem a sua função sem que tenham formação específica adequada, há também a implicitude de que há a consciência de que tal formação é necessária e de que ela é desejada.

Como já mencionado, a figura do Intérprete Educacional surge a partir do cumprimento às exigências de políticas educacionais de vários países. No Brasil os documentos oficiais passaram a definir e orientar a sua atividade a partir da década de 2000, como se pode ver no Decreto 5626/05 em seu Cap. V e Art. 19 e na Portaria do MEC N° 3284/11.

I - profissional ouvinte, de nível superior, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva,[...]

II - profissional ouvinte, de nível médio, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas, de maneira simultânea e consecutiva, e com aprovação em exame de proficiência, promovido pelo Ministério da Educação, para atuação no ensino fundamental (BRASIL, 2005); e também a Portaria Ministerial do MEC n° 3284/11 em seu Art. 2°, Inciso II - a.

II – [...]

a) de propiciar, sempre que necessário, intérprete de Língua de Sinais/ língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno (BRASIL, 2011);

Enquanto aguardávamos por esse reconhecimento legal de nossas funções, nós Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais não permanecemos inertes quanto à construção de uma identidade profissional.

Assim, no Estado do Ceará, especificamente, as atividades referentes à qualificação dos Tils se deram a partir do ano de 2004, após a publicação da Lei da Libras e antes da publicação do seu Decreto de regulamento. Estas atividades se deram a partir de iniciativas da Feneis, que no ano de 2002 já havia instalado um escritório Regional em Fortaleza. Este se localizava na Avenida Bezerra de Menezes, 549, no bairro São Gerardo e, à época, se encontrava sob a direção de Willer Cysne e Ernando Pinheiro, diretor geral e administrativo, respectivamente. Essas iniciativas se traduziram por meio da primeira ação voltada à formação de Tils, denominado de *Curso de Atualização para Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais – Libras*. Este teve sua ocorrência no período que compreendeu Fevereiro a Abril de 2004 e sua carga-horária foi de apenas 60 horas/aula. Como podemos observar no certificado a seguir:

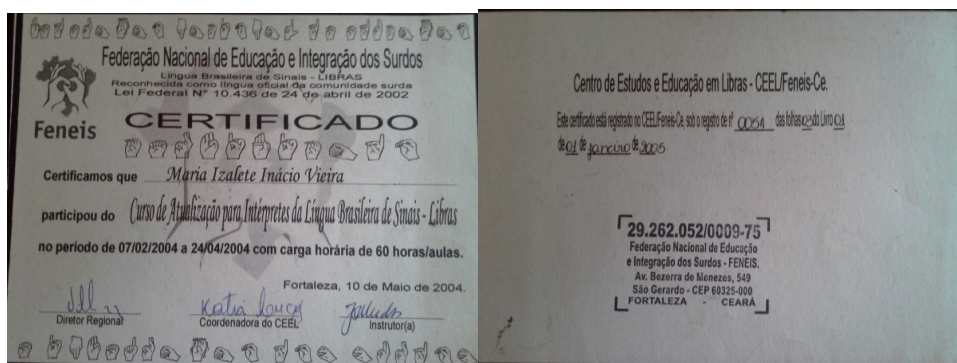


FIGURA 4 – Certificado do curso de Atualização de Intérpretes promovido pela Feneis no ano de 2004.

Fonte: Autora

Ainda em 2004, compreendendo os meses de setembro a dezembro, foi ministrado o Curso de Formação de Intérpretes da Língua de Sinais, em nível técnico, desta feita envolvendo várias instituições além da Apada e Feneis. Sua execução se deu pelo Instituto de Estudos, Pesquisa e Projetos da UECE – IEPRO e seu financiamento pelo Governo do Estado, por meio do Plano Territorial de Qualificação – PlanTeQ/Ceará, que envolve a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS) e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Teve carga-horária de 250 horas e usou as dependências

do Instituto Cearense de Educação dos Surdos – ICES como local de ministração das aulas. Diferentemente da primeira iniciativa, este apresentou um conteúdo mais extenso e abrangente e, aproximadamente, carga-horária de 4 vezes maior que o primeiro.

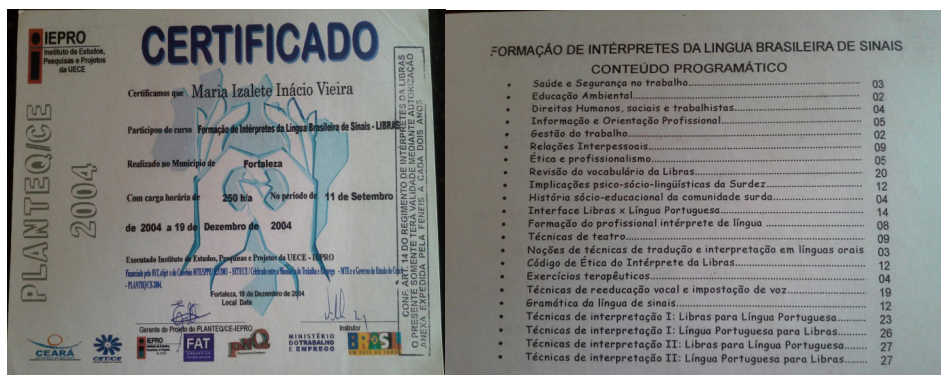


FIGURA 5 – Certificado do Curso Formação de Intérpretes da Língua de Sinais realizados pelo Planteq/CE no ano de 2004.

Fonte: Autora

A ministração das aulas ocorreu aos sábados e domingos, para favorecer a presença dos alunos, que, na sua maioria, realizava atividades laborais nos dias úteis da semana, e a locomoção daqueles que moravam na Região Metropolitana de Fortaleza e no interior do Estado¹. De semelhante modo ocorreu o Curso de Técnicas de Interpretação no ano seguinte, 2005, no período de agosto a dezembro, sendo este o primeiro a mencionar o Intérprete Educacional em seu conteúdo programático por meio da disciplina intitulada por *Atuação do Intérprete Educacional*.

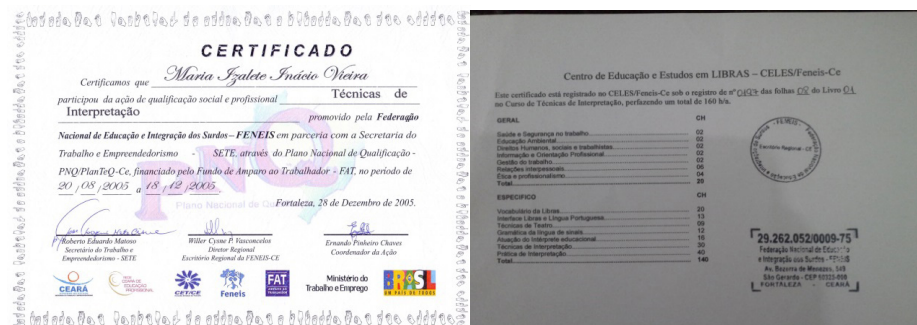


FIGURA 6 – Certificado do curso Técnicas de Interpretação realizada pela Feneis e financiada pelo Planteq/CE no ano de 2005.

Fonte: Autora.

1. Segundo Jucélia Carlos, Secretária da Apilce, as cidades contempladas da Região Metropolitana e interior pelos cursos ofertados pela Apilce foram Maracanaú, Maranguape, Juazeiro do Norte e Iguatu. Informação obtida em 23 de janeiro de 2017.

Em 08 de Julho de 2006 à Avenida Bezerra de Mezes, 549, no Bairro São Gerardo, Fortaleza Ceará, foi fundada a Associação dos Profissionais Tradutores/Intérpretes da Libras do Ceará – Apilce, mediante assembleia. Esta foi convocada por Fernando Antonio de Araújo Melo, que se tornou seu fundador e presidente provisório, até que ocorresse o processo democrático de eleição para presidente efetivo da Apilce. A assembleia foi secretariada por Grazielle Lúcio Gomes que integrava a diretoria composta pelo então presidente Fernando Melo. Em 16 de Setembro de 2006, em convocação extraordinária de assembleia geral, foi realizada a primeira eleição direta para presidência da Apilce. Para tanto foram constituídas duas chapas, sendo a chapa 1 encabeçada por Fernando Antonio de Araújo Melo, até então o presidente, e a chapa 2 encabeçada por Ernando Pinheiro Chaves, ambos disputaram pelo mandato que compreendia o biênio, 2006 a 2008. A chapa 2 saiu vitoriosa e Ernando Pinheiro Chaves se tornou o presidente da Associação dos profissionais tradutores intérpretes do Ceará. E ao final do biênio referido, foi reconduzido ao cargo, permanecendo por mais um mandato na presidência da Apilce.

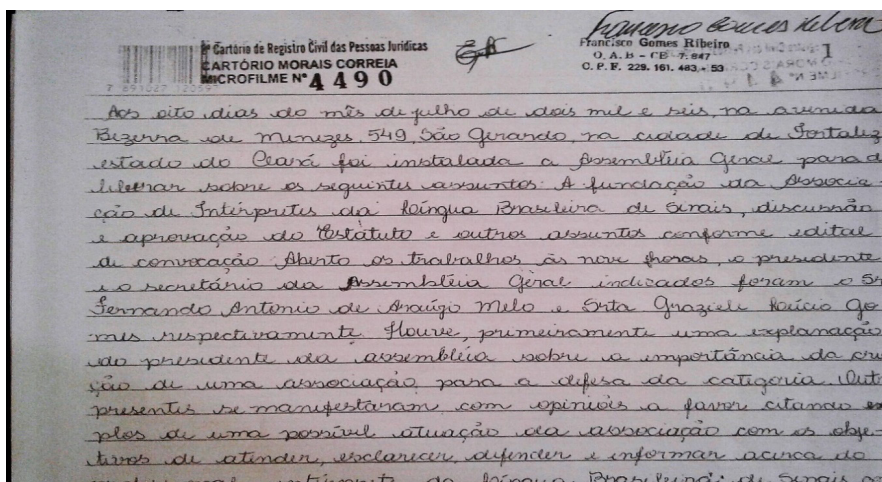


FIGURA 7 – Parte inicial da Ata de fundação da Associação dos Profissionais Tradutores Intérpretes da Língua de Sinais do Ceará.

Fonte: Jocelia Carlos, secretaria executiva da AILCE.

Ernando Pinheiro tinha a compreensão de que, sendo uma entidade representativa do segmento Tils, como declarado em sua ata de fundação, deveria também assumir a responsabilidade nas ações de formação deste segmento junto as demais instituições que viabilizaram as primeiras formações. Assim a partir do ano de sua fundação e consolidação, coube a Apilce a elaboração do conteúdo programático, indicação do corpo docente e a seleção dos candidatos discentes para os cursos de formação.

Assim, foi dada sequência a formação de Tils em nível técnico em corroboração com o Parágrafo único do Capítulo V do Decreto 5626 e o Parágrafo 4º da Lei 12.319/10,

que determina que “A formação de tradutor e intérprete da Libras pode ser realizada por organizações da sociedade civil representativas da comunidade surda [...]” (BRASIL, 2005; 2010).

Nos anos de 2008, 2012 e 2013, com a participação efetiva da Apilce conjuntamente às entidades há pouco mencionadas, foram ofertados mais três cursos de formação de Tils com carga-horária de 200 horas, 280 horas e 300 horas, respectivamente, desta feita envolvendo também o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda/SPERTR/CE e contando com o financiamento do Tesouro do Estado.

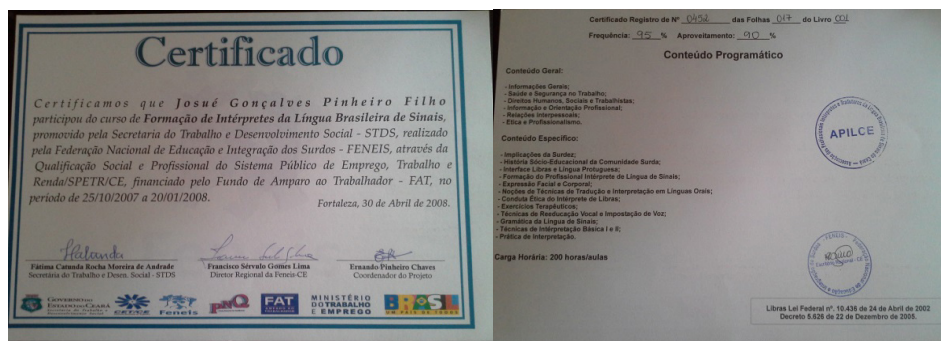


FIGURA 7 – Certificado do Curso Formação de Intérpretes da Língua Brasileira de Sinais realizado em 2008

Fonte: Apilce

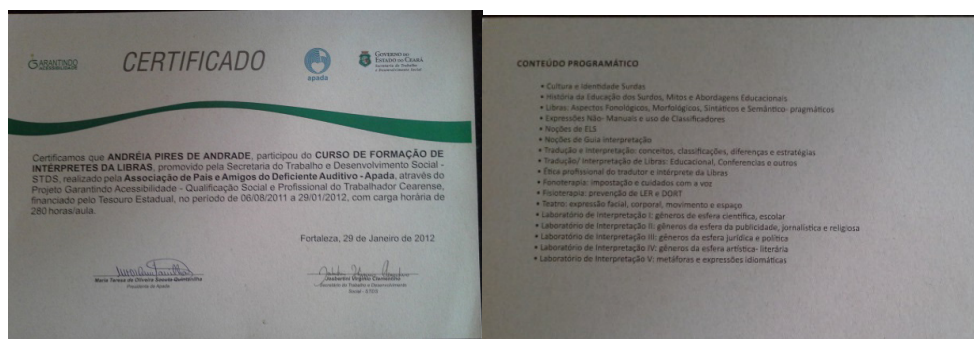


FIGURA 8 – Certificado do Curso Formação de Intérpretes de Libras, realizado em 2012.

Fonte: Apilce

É importante salientar que excetuando o Curso Técnico de Formação de Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais, integrado ao Ensino Médio ofertado pela Escola de Educação Profissional Joaquim Nogueira (localizada na Rua Moreira de Souza, 327 – Parquelândia, Fortaleza-CE), todos os demais tinham como pré-requisito para seu ingresso o ser fluente em Língua de Sinais, ser maior de idade e o ensino médio completo.

Neste ponto, voltamos então aos dados que introduziram a presente seção para verificação de como se deu a formação dos sujeitos investigados face às informações há pouco expostas. Quanto à formação específica, encontramos dois Intérpretes Educacionais, o IE-1 e IE-2, que alegam ter recebido formação específica na área da tradução e interpretação por meio de uma instituição que firmou parceria com a Associação de Surdos local. Mas descrevem o curso como sendo básico, não sabendo precisar qual a instituição que o ofertou, a sua carga-horária, nem o ano em que receberam tal formação.

Já o IE-3 diz ter apenas *cursos básicos*, contudo, durante entrevista foi possível perceber que os cursos aos quais se referiu não se trataram de cursos de formação de tradutores/intérpretes, mas da Libras. Diante destas constatações, é possível que alguém se arvore em estabelecer algum tipo de julgamento negativo em relação a estes sujeitos, no sentido de não compreender como em meio a tantas ofertas de cursos específicos, ainda permaneceram tão carentes de formação.

Embora isto seja uma realidade, é necessário atentar para o fato de que todos os cursos ocorridos no intervalo de tempo anteriormente mencionados se deram ou se dão na capital, Fortaleza. Considerando que a cidade de Limoeiro do Norte dista aproximadamente 203 km de Fortaleza, seria necessário aos intérpretes dessa localidade um investimento pessoal que envolveria disponibilidade de tempo e de recursos financeiros. Embora seja previsto pelo Decreto 5.626/05 e determinado às instituições competentes a responsabilidade pela promoção da capacitação necessária a tradução e interpretação da Língua de Sinais, isto ainda não ocorre de maneira a abranger as cidades afastadas dos grandes centros urbanos.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. Os órgãos da administração pública federal, direta e indireta, devem incluir em seus orçamentos anuais e plurianuais dotações destinadas a viabilizar ações previstas neste Decreto, prioritariamente as relativas à formação, capacitação e qualificação de professores, servidores e empregados para o uso e difusão da Libras e à realização da tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Art. 29. O Distrito Federal, os Estados e os Municípios, no âmbito de suas competências, definirão os instrumentos para a efetiva implantação e o controle do uso e difusão de Libras e de sua tradução e interpretação, referidos nos dispositivos deste Decreto (BRASIL,2005).

Outro aspecto que também merece atenção é que, de todas as formações mencionadas, apenas o curso ofertado pela Apilce, em 2005, trouxe uma disciplina que abordou questões sobre a ação do Intérprete Educacional. Nem mesmo o curso de bacharelado em Letras-Libras, que se constituiu no primeiro curso de formação de Tils em nível superior da América Latina, com carga-horária de 2.640 h/a, trouxe em seu currículo tal conteúdo. Este fato é muito sério e coloca os Intérpretes Educacionais, de modo geral, e em especial os de Limoeiro do Norte, em dificuldades no tocante às orientações sobre a sua prática em sala de aula, pois nem mesmo os aspectos gerais da formação de Tils puderam acessar. Assim, para tentar amenizar os efeitos da falta de uma formação mais consistente, o IE-1 relata que busca na empiria e na troca de informações com seus congêneres a ampliação de seus conhecimentos para uma prática mais assertiva de sua função. Enquanto o IE-2 se apoia nos conhecimentos adquiridos no curso de pedagogia, ainda não concluído à época da entrevista. O IE-3 aponta apenas para seus cursos de Libras como fonte de formação.

Aquino (2015) afirma que a Educação é a área que concentra o maior número de profissionais tradutores e intérpretes de língua de sinais, e Sander (*in* LODI *et al.*, 2014), a esse respeito, alerta:

Torna-se cada vez mais importante uma profunda discussão sobre a capacitação de intérpretes para atuação em sala de aula, já que esse ambiente de trabalho se constitui num espaço diferenciado que requer formação e suporte técnico, nem sempre percebidos e desenvolvidos apenas com a prática. Tal capacitação envolve conhecimento sobre o processo de ensino/aprendizagem, sobre a formação de conceitos e a construção de conhecimentos que demandam formação detalhada e específica.

Essa formação também não pode ser encarada como uma busca particular, de inteira responsabilidade, do IE, pois, segundo Aquino (2015), quando as secretarias de educação consideram os Intérpretes Educacionais parte efetiva do contexto escolar, devem desenvolver políticas que favoreçam tanto à informação quanto à formação destes, contribuindo assim com a construção de sua identidade. A Lei 12.319/10 (BRASIL, 2010) em seu Artigo 4º (quarto) e inciso III afirma, em relação à formação do Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais, que os cursos de formação continuada devem ser promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação. Desta forma, tanto a autora supracitada como a legislação apontam para a responsabilidade dos órgãos públicos competentes da educação quanto à formação dos Tils.

Assim, ao encerrar a análise desta categoria, saliento que a falta de formação torna o profissional inseguro quanto a sua prática, impossibilita o seu empoderamento junto aos demais atores que dividem seu espaço de trabalho, impede que tenha clareza quanto às suas designações funcionais e afeta também, negativamente, aqueles que recebem os seus serviços. Por essa razão, urge que as autoridades competentes governamentais atentem para a condição de formação dos tradutores/intérpretes de língua de sinais que se encontram nas escolas do interior do Estado e promovam políticas que os favoreçam neste sentido.

CONTRATAÇÃO

As instituições educacionais, de maneira geral, vêm se adequando a nova legislação quanto à contratação de Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais para garantir a acessibilidade educacional dos surdos, segundo Sander (*in* LODI *et al.*, 2014).

No Estado do Ceará, as primeiras contratações de Intérprete Educacionais se deram no governo de Lúcio Alcântara, no período que compreendeu os anos de 2003 a 2007. Tal contratação ocorreu mediante a luta conjunta das instituições de e para surdos, Feneis e Apada, respectivamente. Inicialmente essas contratações se deram por meio de contratos temporários e posteriormente por terceirização, já que oficialmente não há/havia o cargo de Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais dentre os serviços ofertados pelo Estado. De forma bastante peculiar, essa terceirização se deu inicialmente em acordo firmado entre Feneis, Apada e Governo do Estado, sendo assim estabelecido: a Feneis seria responsável pela avaliação quanto à proficiência na língua de sinais e na tradução/interpretação, e a Apada a empresa empregadora junto ao Estado para efeito de contratação.³

Essa configuração permaneceu até o ano de 2005 quando o governo do Estado firmou contrato com outra empresa para fornecimento do serviço de tradução/interpretação. Esta era especializada em serviços de segurança e por isso não dispunha de profissionais da área citada para atuação junto às escolas. Assim, a Seduc “orientou” aos Intérpretes educacionais que se apresentassem junto à referida empresa como condição para que obtivessem de volta seus contratos efetivados em regime de Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Muitos desses intérpretes após receberem suas rescisões de contrato junto a Apada, motivados por questões ideológicas, não se engajaram à nova empresa, preferindo assumir contratos temporários junto a Seduc. Embora nesse período o Decreto 5.626/05 (BRASIL, 2005) já vigorasse, essa realidade contratual permaneceu ainda por muito tempo. Somente a partir de 2013 é que se passou a vislumbrar novas possibilidades empregatícias, com o surgimento de concursos para provimento de cargos de Tils em Instituições do Ensino Superior – IES.

Até o ano 2019, as contratações por meio de concursos públicos seguiram uma ordem decrescente no sentido hierárquico acadêmico, sendo as Instituições de Ensino Superior as primeiras a realizarem os certames de seleção para Tils em caráter efetivo, como comprovam os seguintes editais: nº334/2013 da UFC⁴, nº 30/2014 da UNILAB⁵, nº 25/2014 da UFCA,⁶ e mais recentemente o Edital nº 13/2016 do IFCE⁷. Ressalto que até o ano de 2019 não houve registros de concursos efetivos para Intérpretes Educacionais no âmbito das universidades estaduais.

Os concursos promovidos pelas IES, de acordo com as descrições obtidas nos editais

3. As informações sobre as primeiras contratações dos TILS no Ceará foram obtidas mediante entrevista concedida por Joelma Vasconcelos no dia 24 de janeiro de 2017, durante visita feita a Apada e Apilce. As duas instituições residem no mesmo endereço, antes também compartilhado pela Feneis, na Av. Bezerra de Menezes, 549, bairro São Gerardo, Fortaleza-CE.

4. Edital nº334/2013. Disponível em: <www.ccv.ufc.br/newpage/conc/conc2013>. Acesso em: 14 mar. 2017.

5. Edital nº 30/2014. Disponível em: <www.unilab.edu.br/wp.../EDITAL-UNILAB-31-03-14-Versão-assinada-1-correto.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2017.

6. Edital nº 25/2014. Disponível em: <<https://www.ufca.edu.br/portal/concursos-e-selecoes/editais>> Acesso em: 15 mar. 2017.

7. Edital nº 13/2016. Disponível em: <<http://ifce.edu.br/>> Acesso em: 15 mar. 2017.

consultados, realizaram o processo seletivo dos Tils em três etapas, sendo: prova escrita de conhecimentos gerais e específicos, prova prática e apresentação de títulos correlatos ao cargo concorrido. Quanto à prova prática, a composição das bancas examinadoras seguiu as orientações determinadas pelo Decreto 5626, isto é, são compostas por linguistas, surdos e profissionais da área tradução/interpretação:

CAPÍTULO V

Art. 20[...] Parágrafo único. O exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa deve ser realizado por banca examinadora de amplo conhecimento dessa função, constituída por docentes surdos, linguistas e tradutores e intérpretes de Libras de instituições de educação superior (BRASIL, 2005).

No tocante aos anos finais do Ensino Básico regular, há no âmbito estadual registro de editais de seleção para contratação de Tils pelo regime de CLT, mas somente para atuação junto a já mencionada EEP Joaquim Nogueira. Essas seleções são realizadas por meio do Centro de Ensino Tecnológico (Centec) e da Secretaria de Educação (Seduc), como pode ser constatado no site do governo do Estado do Ceará⁸, (verificar a data de 01 de julho de 2013). Sobre isto, Oliveira e Freire (2014) esclarecem que os Intérpretes Educacionais que são lotados na escola, referida há pouco, assumem dupla função, a de Tradutor/Intérprete e de professor das disciplinas que compõem o núcleo dos conteúdos específicos do curso de formação técnica de Tils, sem, contudo, receberem dupla remuneração.

Nas demais escolas públicas da Rede Estadual do Ceará os contratos são efetivados em caráter temporário por meio de seleção simplificada, a exemplo do processo seletivo ocorrido em março de 2016, descrito no Edital 10/2016, publicado pela Seduc, através da Coordenadoria Regional de Educação – CREDE 1. Este descreve a ocorrência do processo seletivo em duas etapas, sendo a primeira destinada ao recebimento e análise de currículo. Como se pode ver a seguir na descrição dos documentos exigidos:

Diploma, Certificado ou Certidão de conclusão do curso de graduação em Letras-Libras;

Diploma, Certificado ou Certidão de conclusão do curso Técnico de Libras;

Diploma, Certificado ou Certidão de conclusão do curso de Formação Profissional de Tradutor Intérprete de Libras;

Diploma, Certificado ou Certidão de conclusão do PROLIBRAS (Exame Nacional para Certificação de Proficiência no uso e no ensino de Libras e para Certificação de Proficiência na tradução e interpretação de Libras/Português/ Libras)

(Disponível em: <http://www.crede01.seduc.ce.gov.br/images/EDITAL_102016_Int%C3%A9rprete_de_Libras.pdf>, Acesso em: 19 dez.2016)

8. Disponível em: <<http://www.ceara.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8489-selecao-publica-seduc-e-centec-abrem-inscricoes-para-professores>> Acesso em: 15 mar. 2017.

O edital citado prevê ainda que, no caso de não haver candidatos com a titulação exigida, poderão ser contratados *professores com Ensino Médio* e curso intermediário de Libras com a carga-horária de 300 (trezentas) horas; ou curso de conversação em Libras de 80 (oitenta) horas mais curso básico de Libras com 200 (duzentas) horas⁹. Já a segunda etapa corresponde à entrevista com os candidatos. Esta, segundo descreve o referido edital, é realizada por uma comissão formada pelo Núcleo Gestor da escola e técnicos pertencentes à CREDE 1^o.

Considerando o que determina o Capítulo V do Decreto 5626 sobre a composição da banca examinadora para tal processo, há pouco citado, percebe-se um desacordo com esse dispositivo, na forma em que o Estado seleciona os Intérpretes Educacionais. Além disso, ao permitir que pessoas sem formação adequada possam assumir o cargo de Intérprete Educacional, o Estado coloca essa categoria de profissionais em condição de vulnerabilidade, pois o segmento Tils perde características importantes à composição de sua identidade e, por consequência, tem sua representatividade política atenuada, visto que, a fragmentação de um grupo prejudica a construção de um projeto comum (PEREZ-GÓMEZ, 2001).

Em relação à Educação no Ensino Fundamental, observa-se que o processo de seleção para Intérpretes Educacionais que atuam neste nível de ensino segue leis estabelecidas pelo próprio município e orientações de suas secretarias de educação. A exemplo disto temos alguns municípios do Ceará que já lançaram editais de concursos em caráter efetivo para suprimento de vagas para cargos de intérpretes de língua de sinais na Educação. Dentre estes, estão Maracanaú e Iguatu, como podemos constatar por meio dos editais nº 001/2013, de 11 de outubro de 2013 e o edital nº 001/2015, de 5 de fevereiro de 2015, respectivamente.

Os referidos concursos apresentaram em seus editais exigências quanto à formação do Tils, aparentemente em acordo com as determinações do Decreto 5.626/05 e fizeram referências acertadas em relação à função do Intérprete Educacional. Porém, os seus processos seletivos se deram apenas por meio de prova escrita de múltipla escolha e as exigências quanto à carga-horária, nos certificados comprobatórios de formação específica, foram de apenas 200 horas-aula. Saliento que mesmo cursos básicos de Libras promovidos pela Feneis que comportam duzentas e oitenta horas de carga horária, não podem garantir o uso fluente da Língua de Sinais, quanto mais a tradução e interpretação desta. Portanto, não é difícil fazer a inferência de que muitos dos candidatos aprovados nessas seleções poderiam não estar aptos a assumir o cargo ao qual tal processo seletivo se destinou, o que deve ter se refletido diretamente na educação dos surdos que receberam tais serviços.

Indo ao encontro do município de atuação dos tradutores/intérpretes aqui investigados, em analogia aos processos de contratação de Tradutores/Intérpretes da Língua de Sinais supracitados, foi encontrado na cidade de Limoeiro do Norte uma realidade que ainda está aquém dos modelos contratuais mencionados.

Quanto as exigências necessárias relacionadas à contratação do Tils, ao ser indagada sobre os critérios estabelecidos, a Coordenadora da Educação Especial (Sec. de Ed. de Limoeiro), disse: - *Que tenha fluência em Libras e pelo menos o curso básico de*

9. Disponível em: <www.crede01.seduc.ce.gov.br> Acesso em: 19 dez. 2016.

10. Disponível em: <www.crede01.seduc.ce.gov.br> Acesso em: 19 dez. 2016.

Libras.

Ainda segundo a Coordenadora, a contratação de Tradutores/Intérpretes da Libras, está previsto no Plano Municipal de Educação.

Pesquisador: -No município, há algum dispositivo legal que regulamenta a contratação de Tils?

Coordenadora da Educação Especial (Sec. de Ed. de Limoeiro):

-É garantido no Plano Municipal de Educação que aconteça seleção.

Este corresponde a Lei municipal nº 1.931, de 20 de novembro de 2015¹¹, e apresenta dezenove metas e suas respectivas estratégias de alcance. Tais metas à serem cumpridas no decênio que compreende os anos de 2015 a 2025. Dentre as metas estabelecidas, a quarta destina-se a universalização do acesso à Educação para pessoas com deficiência. Sua estratégia de alcance prevê a ampliação do quadro de profissionais da educação municipal acrescentando a ele uma equipe multidisciplinar, e a implementação de salas de Apoio Educacional Especializado – AEE. Dentre os profissionais citados no Plano, como necessários ao atendimento às demandas do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, encontra-se o Tradutor/Intérprete de Libras:

4.6- garantir a ampliação das equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, especialmente de profissionais do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdo-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues; (Disponível em: <http://www.camaralimoeirodonorte.ce.gov.br/arquivos/73/Leis_1931_2015.pdf> - Acesso em: 16 mar. 2017)

Faz-se importante mencionar que os Intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte afirmaram não ter conhecimento deste documento.

Pesquisador:

- [...] aqui no Município tem uma legislação específica

para a contratação de intérpretes... de Libras?

IE-1

-Também acho que não... não me foi informado uma legislação

11. Disponível em: <http://www.camaralimoeirodonorte.ce.gov.br/arquivos/73/Leis_1931_2015.pdf> Acesso em: 16 mar. 2017.

desse tipo...

IE-2

-Eu não sei informar... eu acho que não.

IE-3

-Não, desconheço.

Acrescento que, segundo dados coletados por meio de entrevista que o IE-1 e 2¹² atuam nas escolas municipais de Limoeiro há três anos. Assim, tendo como referência o ano de publicação do Plano e o de ocorrência da entrevista em que tais informações foram colhidas, 2015, conclui-se que suas contratações se deram anterior ao Plano Municipal de Educação. E que até o ano há pouco citado, dez anos após a publicação do regulamento da Lei da Libras, Decreto 5.626/05, o município permaneceu sem uma política oficial que previsse a contratação de Tils para atuação na Educação. Este fato pode ter ocasionado o relaxamento na forma de seleção e contratação, encontrado nos relatos desses profissionais.

Ao reportarem a forma de seleção, todos os informantes, tanto os Intérpretes Educacionais como a representante da Educação Especial junto à Secretaria de Educação, foram unânimes em afirmar que a seleção se deu por meio de indicação, teste simples de conhecimento da Libras e apresentação de documentação de comprovação de identificação pessoal. E que o documento exigido para comprovação de proficiência na língua de sinais foi o certificado do curso básico de Libras, cuja, carga-horária não foi mencionada.

Pesquisador

- No ato da contratação, passou por algum tipo de seleção? Se sim, quais as etapas da seleção.

IE-1

- Não. Ano passado eu já trabalhava. Tem uma carência muito... tem uma carência, né, de intérprete. Até porque algumas pessoas que também conhecem a Libras, às vezes, estão ocupadas já em outros lugares, né. Então como... como sabia a gente colocou o currículo e esperamos ser chamados.

IE-2

- Isso mesmo, né. Por indicação, né. Sempre acontece de alguém que conhece, né, que sabe das habilidades de alguém, pode ser contratado também, indica. A pessoa que é responsável pela contratação vai investigar essa pessoa, né... vai saber realmente as informações dela e se ela concordar

12. Ver quadro do perfil dos Intérpretes educacionais.

em contratar, essa pessoa aceita, como foi meu caso, né. Fui contratado com um acordo de lá, né... me apresentei, né... mostrei as habilidades que tinha e fui contratado.

IE-3

- Não teve assim uma seleção pra ser contratado, apenas foi colocado o currículo e aceito.

Pesquisador: -Quais os documentos exigidos do Tils para a sua contratação?

Coordenadora da Educação Especial (Sec. de Ed. de Limoeiro)

- São: RG, CPF, certidão de nascimento ou casamento, certidão de nascimento de filhos se tiver, comprovante de residência, número de conta bancária, certificado do curso de Libras.

Em oposição a declaração da Coordenadora, os IE-1 e 2 relataram não ter apresentado certificado, mas uma declaração referente à participação em um curso de formação de Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais no ano de 2013. O IE-3 foi categórico em afirmar que não lhe foi pedido nenhuma documentação comprobatória de proficiência em língua de sinais ou/e tradução/interpretação. Acrescentou ainda que a documentação pessoal mais a sua experiência de tradução/interpretação no âmbito religioso foram suficientes para sua contratação. A representante da Secretaria de Educação justificou esse modelo de seleção, alegando que havia apenas dois Tradutores/Intérpretes concorrendo às duas vagas disponíveis, por isso o processo de seleção seguindo os tramites normais, se tornou dispensável.

É fato que o número de Intérpretes Educacionais no Brasil, de modo geral, é inferior a demanda oriunda das ações de atendimento à Educação Inclusiva, sendo este fato reconhecido, inclusive, pelo MEC, como afirma Aquino (2015, p. 30). Mas como relatado no Capítulo 3 (três) deste trabalho, a comunidade surda de Limoeiro do Norte já tem uma estrutura que favorece a emersão deste profissional em seu próprio contexto organizacional. Assim, é possível inferir que nesta cidade haja outros Tils, mesmo que tenham sido formados apenas em nível de empiria, que pudessem concorrer conjuntamente aos sujeitos aqui citados, aos cargos de Intérprete Educacional, disponibilizados pela Secretaria de Educação do município em questão. Por isso, pode se pensar que a quantidade de Intérpretes Educacionais existente em Limoeiro não seja a única razão de não haver seleção, já que o IE-2, em sua fala, afirma que há também indicações e acordos realizados entre contratado e contratante para provimento dos cargos em questão.

Quanto à carga-horária assumida pelos IE-1 e 2 no ano de 2015, em suas escolas de atuação, segundo seus relatos, era de 20 (vinte) horas semanais, sendo os dois lotados no turno da manhã em suas respectivas escolas, Escola Padre Joaquim de Meneses e Judite Chaves Saraiva. Mas com o ingresso de um novo aluno surdo no período da tarde, na Escola Judite Chaves Saraiva, orientados pela Secretaria de Educação, os IE-1 e 2 acordaram um revezamento nos dias da semana para efetuar o atendimento ao aluno

mencionado em seu turno de estudo. Desta forma, obtiveram acréscimos em sua carga-horárias em obter aumento salarial. Já o IE-3, que assumiu a vaga em 2016 antes ocupada pelo IE-1, afirmou que seu contrato foi firmado com carga-horária de 40 (quarenta) horas semanais. Esses contratos, segundo os Intérpretes Educacionais, foram todos em caráter temporário.

Os aspectos aqui referidos quanto à forma de contrato, tempo de trabalho e processo de seleção demonstram, além de desrespeito por esses profissionais, falta de seriedade por parte das autoridades competentes de Limoeiro do Norte no tocante à inclusão de alunos surdos nas escolas municipais. No entanto, é necessário salientar que os concursos e seleções supracitados, ainda que não se apresentem de forma ideal, eles representam um avanço no tocante ao reconhecimento do profissional Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais que atua na Educação, nesta cidade. E que a situação encontrada, quanto à sua seleção e contratação nas escolas de Ensino Fundamental de Limoeiro do Norte, pode representar de maneira significativa à situação da maioria dos Tils que se encontram nas escolas dos demais municípios do Estado do Ceará.

FUNÇÃO

As escolas municipais são responsáveis pela faixa-etária de alunos que compreende desde a Educação Infantil até o último ano do Ensino Fundamental, sua demanda supera os egressos do Ensino Médio e do Superior. Isto ocorre não só no Estado do Ceará, mas em todo o território brasileiro, segundo apresentado no Plano Nacional de Educação – PNE para o decênio de 2014 a 2024 (BRASIL, 2014). Em meio a este enorme contingente, a Lei de Diretrizes e Base da Educação – LDB, Lei 9394/96, regulamenta e orienta que as escolas de Educação Básica do Ensino Regular ofertem a Educação Especial como uma de suas modalidades, devendo incluir educandos com deficiência (BRASIL, 1996). Para isto, determina que as escolas devam adequar seus recursos para prestar atendimento de forma multidisciplinar às crianças que apresentem algum nível de comprometimento, seja motor, intelectual ou sensorial:

LDB- CAPITULO V

DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 58 . Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial (BRASIL, 1996)

Para que esse atendimento ocorra em conformidade com tais orientações, as Escolas Municipais devem dispor de uma equipe multidisciplinar, especializada no atendimento a pessoas com deficiências, também deve ter salas de Atendimento Educacional

Especializado – AEE, como previsto, por exemplo, no Plano Municipal de Educação de Limoeiro do Norte, há pouco mencionado. Isto, como foi denotado na seção anterior que compreende o Tradutor/Interprete de Libras como elemento indispensável na composição desta equipe.

Aquino (2015) informa que no âmbito educacional percebe-se a configuração do trabalho do Intérprete Educacional como um serviço da Educação Especial. Isto é bastante evidenciado nas terminologias utilizadas nos editais de seleção de Tils. A exemplo do Edital nº 10/2016, publicado pela Seduc:

CREDE 1

EDITAL N.º 10 / 2016

1. DA SELEÇÃO

1.1. A Seleção destina-se a suprir possíveis carências temporárias nos níveis da modalidade Educação Especiais – **Professor Polivalente com a função de Intérprete de Libras** atendendo às necessidades temporárias de excepcional interesse Público da Rede Estadual, conforme discriminado no Anexo I, parte integrante deste Edital, limitando-se a atender às situações específicas da Educação Especial (Disponível em: <<http://www.crede01.seduc.ce.gov.br/>> Acesso em: 19 dez.2016)

É explícito no texto citado que o enquadramento funcional do IE na Educação se dá no âmbito da modalidade da Educação Especial, e também é notório que sua função ainda não foi assimilada com clareza pelos órgãos competentes da Educação Pública. A definição do IE como **professor polivalente** atesta esta afirmação e ainda pode influenciar a compreensão por parte dos demais integrantes da comunidade escolar, quanto às funções do IE no interior da escola, podendo também ampliar as suas atividades para além de suas reais atribuições (AQUINO 2015).

Referente ao termo de designação, utilizado no Edital referido, o Decreto 5.626/05 é claro ao afirmar que professores, com a qualificação necessária, podem ser Tradutores/ Intérpretes de Língua de Sinais, mas ao fazerem isto estão assumindo funções diferentes das pertencentes à docência:

CAPÍTULO IV

§ 2º O professor da educação básica, bilíngüe, aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação de Libras - Língua Portuguesa, pode exercer a função de tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa, cuja função é distinta da função de professor docente (BRASIL, 2005).

Mas embora o referido decreto promova esse diferencial quando o foco se trata do ensino e aprendizagem no âmbito da Educação Básica, muitos dos documentos oficiais, a exemplo do edital supracitado, fazem um grande emaranhado, tanto no uso dos termos quanto na designação de funções referentes ao Intérprete Educacional. Como podemos

ver, por exemplo, na Portaria nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre a Educação Especial.

III - quanto a alunos portadores de deficiência auditiva, compromisso formal da instituição, no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno conclua o curso:

a) de propiciar, sempre que necessário, intérprete de Língua de Sinais/ língua portuguesa, especialmente quando da realização e revisão de provas, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno (BRASIL,2003);

Percebem-se nos documentos citados diferentes termos para nomear os Intérpretes Educacionais e que nenhum dos termos deixa claro qual a sua real função no espaço escolar, em semelhança ao que acontece nos editais de seleção de intérpretes promovidos pelas Secretarias de Educação do Ceará – Seduc. A não compreensão da função do IE é fortemente marcada pelas nomenclaturas atribuídas a ele. Sobre isto, Aquino (2015) acrescenta que há dezesseis termos diferentes usados no contexto educacional que estão relacionados à designação da função do IE. Dentre estes estão: Professor-intérprete da Língua Brasileira de Sinais/Língua Portuguesa, Professores-intérpretes das linguagens e códigos aplicáveis, Professor-intérprete, Intérprete Educacional, Intérprete-tutor e Tradutor/ Intérprete escolar.

Esta grande variedade de termos traz também uma gama de sentidos que constitui os Intérpretes Educacionais dentro de um processo conflituoso de construção de identidade. Mas é possível que este excesso de terminologias e designações seja decorrente do fato desta profissão ter emergido há pouco tempo, no final da década de 1980, no seio de uma comunidade representativa de minorias sociais e de sua oficialização ter se dado recentemente, em 2010. Assim, pode se pensar que com o amadurecimento social e consolidação desta profissão, ao longo do tempo, os equívocos terminológicos e por conseguintes funcionais sejam corrigidos de forma processual.

É possível também que, por essa razão, ao tomar para análise os dados colhidos sobre a *função* do IE na cidade de Limoeiro do Norte, em analogia ao que foi exposto sobre este aspecto, é que tenha encontrado algumas distorções. Estas, embora não apareçam implícitas na terminologia empregada pelos entrevistados para designação da função do IE, estão explicitadas em suas falas quando se reportam a sua atuação em sala de aula. Tanto a Coordenadora da Educação Especial quanto os Intérpretes Educacionais, ao serem indagados sobre o enquadramento funcional junto a Secretaria de Educação, utilizam de forma genérica o termo *Intérprete*.

Coordenadora da Educação Especial (Sec. de Ed. de Limoeiro)

-Intérpretes de Língua de Sinais

IE-1

-Também, de intérprete.

IE-2

- De intérprete.

IE-3

-Ele (o contrato) é com o nome intérprete de Libras.

Porém, de forma mais elucidativa, a coordenadora da Educação Especial utilizou o termo *intérprete de língua de sinais* e o IE-3, o *intérprete de Libras*. O uso destas terminologias para indicar a função do IE, segundo Aquino (2015), marca apenas umas das línguas a ser interpretada, desconsiderando que a designação do termo acarreta um par de línguas, no caso a Língua Portuguesa e a Libras. Já os IE-1 e 2 encurtaram o termo não informando nenhuma das línguas com as quais trabalham. Este fato pode evidenciar que para os Intérpretes Educacionais 1 e 2 o termo *intérprete* é um construto que está associado diretamente ao sujeito que trabalha com a Língua de Sinais, não havendo a necessidade de deixar isto explícito em sua fala.

Segundo Albres e Santiago (2013), esse termo é relacionado com a atividade de interpretação, ou seja, a ação que se desenvolve face a face de forma emergencial por meio da mediação entre línguas diferentes. Assim, o uso deste termo delimita as atividades do Intérprete Educacional aos eventos discursivos que podem vir a ocorrer no âmbito escolar, como aulas, seminários, palestras, orientações, entre outras (AQUINO, 2015).

Quanto ao desempenho das atividades funcionais do IE, a resposta dada pela coordenadora da Educação Especial, quando indagada a esse respeito, demonstra crenças confusas sobre a reponsabilidade do IE. Para ela, tanto os aspectos de desenvolvimento comunicativo do aluno surdo como o acompanhamento de sua aprendizagem são integrantes às atribuições do IE. Porém, Quadros (2002, p. 60), quando do início das discussões sobre a atuação do Tils na Educação, salientou que o acompanhamento do desenvolvimento educacional do aluno é tarefa estrita do professor. Alertou ainda para o fato de que a função do Intérprete Educacional, especialmente na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, é geralmente confundida com a do professor.

Em semelhança à coordenadora da Educação Especial, também os Intérpretes Educacionais, ao serem indagados sobre as atividades funcionais exercidas na escola, desvelaram uma série de atividades que não estão relacionadas com a mediação entre línguas.

Coordenadora da Educação Especial (Sec. de Ed. de Limoeiro)

-Acompanhar e desenvolver a comunicação dos alunos, como também sua aprendizagem, na aplicação de conteúdos junto ao professor.”

IE-1

- Eu ajudo [...] eu ajudo os outros alunos com a leitura, [...] ajudo nas aulas de artes, recontagem e colagem, né... Com relação à *segurança dele, né*, porque nossa escola tem um lado alto, tem que tá sempre observando, né... [...] eu tenho uma dificuldade maior em fazer outras atividades, embora tenha minha função de intérprete. [...] eles sempre me colocam em outras atividades, né... sempre quando um professor ta com problema de garganta e não tá podendo falar muito, a gente dá uma leitura nas atividades. [...] Então, sempre faço meu máximo, mas te digo uma coisa, eu não me sinto à vontade em fazer outra atividade... tendo minha função, mas me esforço.

IE-2

- [...] na sala eu fico tentando auxiliar realmente o aluno surdo e aos demais também, quando eu vejo que é necessário fazer alguma intervenção pra ajudar a sala, até porque são quase 30 crianças, [...] normalmente eu não faço só o que seria pra mim fazer na escola, se precisar... [...] Então, no recreio eu olho menino, se precisar de alguém pra mexer lá no Datashow, eu vou lá mexer no Datashow, precisar fazer coisa de reunião... o que precisar eu tô ajudando, mais normalmente, eu fico muito na minha função com ele, porque ele é muito agitado e precisa mais que eu fique junto dele."

IE-3

-O intérprete tem que repassar o máximo possível da sua habilidade nos sinais tudo que é feito pelo professor, tudo que ele passa de forma verbal [...], o intérprete tem que passar dentro dessas habilidades o ensino pra o surdo, envolve também... o intérprete tem que socializar os surdos, aliar colegas a professores, todo o corpo da escola, o intérprete tem que está incluindo o surdo a esse meio. Abrir sempre a comunicação, tanto pra os ouvintes como para sinais.

No ano de ocorrência da entrevista, 2015, o IE-1, por exemplo, se encontrava inserido no contexto da modalidade Educação Especial na Escola Padre Joaquim Meneses, como já referido no Capítulo 3 deste trabalho. Nesta, sua atuação se dava em uma sala, que, apesar de ter um número reduzido de doze alunos, apresentava uma complexidade imensa, pois nela estudavam além da aluna surda pra quem realizava as interpretações, discentes com variados tipos de comprometimentos, predominando entre estas a deficiência intelectual.

Segundo o IE-1, ele não podia colaborar muito em outras atividades que não fossem relacionadas às de interpretar, mas sempre que necessário ajudava a professora regente com os demais alunos. A ajuda referida se destinava aos alunos que tinham dificuldades de leitura ou a leitura de textos quando a professora se encontra impedida de fazê-lo por problemas de saúde. Neste ponto, o próprio IE-1 chega a reconhecer a impossibilidade existente entre a realização da leitura de um texto em Português e a sua interpretação simultânea na Libras. Além disso, no momento de sua dedicação à leitura oral, o aluno surdo fica sem acesso ao texto. Este intérprete chega a mencionar, inclusive, que assume cuidados com a segurança dos alunos e que contribui com exercício físico realizados em sala de aula. Embora em seu relato, ele afirme que se esforça para auxiliar a professora

no que for necessário em sala de aula, confessa não se sentir confortável em realizar atividades que não são próprias de sua função.

O IE-2, por sua vez, atua em uma sala de aula que tem um aluno surdo incluso no universo de um total de trinta alunos, compreendendo a faixa etária entre seis e sete anos de idade. Este alega que por causa do número elevado de alunos a sala se torna muito agitada e que, por essa razão, além de *auxiliar* o aluno surdo, a quem garante dá mais atenção, realiza intervenções junto aos demais alunos para ajudar a professora. Acrescenta também que no intervalo costuma “olhar” as crianças, e, quando necessário, realiza atividades de cunho logístico, como preparo de datashow para reuniões, entre outros. Cabe aqui indagar: qual o horário dispensado a este IE, pela escola, para o seu descanso? Pois se sabe que deve ser considerado um intervalo para o descanso do Intérprete, para lhe garantir melhor desempenho na interpretação e resguardo de sua saúde (QUADROS, 2002).

Faz-se importante neste ponto lembrar que o IE-2 afirma ter mudado de função no início de 2016, passando a exercer a função de cuidador. Porém à época da realização da entrevista em que foram colhidas as informações expostas no quadro referente à *Função*, ano de 2015, o IE-2 ainda atuava como Intérprete Educacional na Escola Judite Chaves Saraiva.

Quanto ao IE-3, ao substituir o IE-1 no início do ano letivo de 2016, na Escola Padre Joaquim de Meneses, acabou por assumir o mesmo contexto de atuação de seu colega. Porém, sua resposta à indagação feita em relação às atividades exercidas por ele na escola se aproximou mais das funções reais do Intérprete Educacional. Segundo ele, seu trabalho consiste em ofertar acesso comunicativo, em todos os eventos ocorridos em sala de aula e na escola, de modo geral, ao aluno surdo. Também prover a sua socialização com os demais alunos, professores e funcionários da escola.

Diante destes relatos referentes às atividades desenvolvidas pelos Intérpretes Educacionais entrevistados, pode-se concluir que apesar de sua função, para efeito de contrato, ser designada como intérprete de Língua de Sinais, suas atividades ultrapassam esta designação. Além disso, em determinados momentos chegam a distanciá-los de sua real atribuição enquanto IE, pois algumas das atividades mencionadas não têm nenhuma relação com questões referentes a proficiência no uso da língua de sinais nem sobre a competência tradutório-interpretativa.

Segundo o código de ética da Febrapils, o Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais é conceituado com sendo:

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO E APLICABILIDADE

Art. 1º - Para os fins deste CCE, considera-se:

I. Tils – Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais: Profissional que traduz e/ou interpreta de uma dada Língua de Sinais para outra Língua de Sinais ou para língua oral, ou vice-versa, em quaisquer modalidades que se apresentar.

Este conceito acarreta, também, a sua função. Mas Lacerda (2009) é categórica em afirmar que no contexto de sala de aula é possível que o Tils execute atividades que se constituem em exigências que são próprias do ambiente escolar. Tais exigências podem entrar em choque com o código de ética estabelecido pela Federação. Por esta razão, Quadros (2002) ressalta que o Tradutor/Intérprete que atua na Educação Infantil e Ensino Fundamental realiza uma tarefa mais difícil do que os que atuam em outros espaços, e que por isso tem se pensado na criação de um código de ética específico para o Intérprete Educacional.

Quanto aos Intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte, ainda que seu contexto seja a sala de aula, muitas das atividades realizadas por eles, pode se dizer que não são exigências próprias deste ambiente. Mas podem ser decorrentes das relações de poder estabelecidas no âmbito escolar e/ou da falta de uma delimitação funcional predeterminada pelo processo de construção de identidade profissional do segmento Tils. Em Limoeiro, esta delimitação é necessária e urgente, mas ela só se constrói a partir de lutas e, especialmente, do empoderamento da categoria por meio de formação e informação sobre o que envolve a sua prática e sobre aqueles a quem é destinada à sua ação.

PAPEL

É importante lembrar que embora a categoria *Papel* apresente nos dicionários da língua portuguesa relação de sinonímia com a categoria anterior, acarreta uma carga semântica que está relacionada, também, às representações sociais que se estabelecem em determinados contextos, como dito anteriormente. Deste modo, ao analisar o papel dos Intérpretes Educacionais nas escolas municipais de Limoeiro do Norte, o farei levando em consideração o contexto das relações estabelecidas em sala de aula entre os pares IE/aluno surdo e IE/professor, visto que estes estão imbricados nos mesmos processos que implicam o ambiente.

Início então a análise partindo do par IE/aluno surdo, observando a afirmação de Quadros (2002), de que nas séries iniciais do Ensino Básico os alunos têm dificuldades para entender e distinguir o papel do IE como um mediador da relação entre professor e aluno. Em acordo com esta afirmação, Lacerda (2009) diz também que neste nível de ensino normalmente o aluno confunde o IE com o professor. Dentre as razões que pode justificar tal confusão, há o fato de que durante a ministração das aulas o professor troca olhares com os alunos ouvintes na busca de conferir sua atenção e compreensão ao que está sendo ensinado, também interage e auxilia no tocante às suas dúvidas. Isto se dá de forma espontânea, pois são atividades comunicativas decorrentes do ambiente de sala de aula. Porém, em se tratando do aluno surdo, geralmente, o contato visual, as trocas de informações e o esclarecimento de dúvidas se dão diretamente com o intérprete. Não sendo necessário ao aluno surdo recorrer ao professor nem disputar a palavra com os demais alunos ouvintes, porém, quando o faz, é também por meio do IE. Assim, a aproximação entre IE e aluno surdo vai possibilitando a formação de papéis que não foram previamente determinados e que vão se consolidando em uma relação para além da imposta pela designação funcional, inclusive adentrando em outros âmbitos da vida do aluno.

Lodi e Lacerda (2009), no entanto, ao citarem estudos realizados no Canadá sobre

a ação do IE, salientam que foi constatado que na maioria dos casos a relação ente IE e aluno surdo é iniciada pelo IE, o que termina por constituir um modelo atípico de relação estabelecido em sala de aula, se tornando para o aluno surdo em uma relação artificial, pois reduz o seu potencial para atuação independente, podendo torná-lo dependente das instruções dadas pelo IE. A isto, Lacerda (2009) acrescenta que na sala de aula o IE não é uma autoridade e que por isso o professor regente deve também se apropriar da língua de sinais para interagir com o seu aluno surdo, evitando desmotivação e evasão por parte deste. Quadros (2002), em acordo com a autora há pouco citada, salienta que o IE não pode perder de vista seu principal papel, que é a mediação comunicativa por meio da interpretação das línguas em questão, língua de sinais e oral.

Contudo, há também o contraponto, em sala de aula muitas vezes o IE precisa agir como educador, tirando dúvidas, atribuindo sentidos, e adaptando conteúdos (LODI; LACERDA, 2009). O IE conhece as dificuldades dos surdos decorrentes da falta de comunicação diária nos espaços de sua convivência. Sabem, por exemplo, que há lacunas de conhecimentos de forma generalizada e que os conteúdos escolares não farão sentido ao aluno surdo se essas não forem preenchidas. Por essa razão, o IE ao interpretar os conteúdos se preocupa constantemente em fazer adaptações que possam construir tais sentidos e também em verificar se está sendo compreendido por meio do feedback dado pelo olhar ou expressões faciais do aluno. Essas adaptações podem ser de ordem lexical, sintetização do conteúdo, supressão ou acréscimos de informações que podem ajudar o aluno a compreender os conteúdos. Há casos, inclusive, em que o aluno surdo não sabe Libras, quando isto ocorre o IE além de buscar formas alternativas de interpretar, também pode se sentir responsável pelo ensino da língua de sinais junto a este aluno.

Considerando então o par IE/professor, sabe-se que é comum que professores considerem ser o aluno surdo da responsabilidade do IE e que, por isso, é importante reafirmar que ao assumir o papel de educador o IE, necessariamente, não está assumindo papel de professor. A tarefa de ensinar continua sendo do professor, embora que a maior parte das informações que o aluno surdo recebe vem do IE e não do professor (LODI; LACERDA, 2009). Sobre essa questão, Gesser (2011) diz que o Intérprete Educacional, geralmente, realiza em sala de aula funções que são específicas de professor sem sê-lo. A autora lista dez papéis atribuídos ao IE por parte de professoras do Ensino Fundamental de escolas públicas. Esses papéis testificam o que a autora, citada há pouco, chama de *dupla função*, pois nenhum dos dez papéis faz menção unicamente ao ato interpretativo de fato. São eles:

[...] ensinar a Língua Portuguesa como segunda língua; ensinar a Língua de Sinais para surdos e para ouvintes; fazer adequação curricular; participar do planejamento das aulas; integrar-se a professora regente; orientar as habilidades de estudo dos alunos surdos; estimular a autonomia dos alunos surdos; fazer com que a interpretação favoreça a integração entre alunos surdos e ouvintes; fazer uso da comunicação multimodal; e, por fim, promover a tutoria em sala de aula (GESSER, 2011, p.24-25).

Observando a lista dos ditos “papéis”, é possível perceber que alguns dos verbos empregados pelas professoras, como orientar, ensinar e ministrar, denotam claramente a atribuição, por parte delas, ao IE do papel de professor. Também denuncia a falta de

conhecimento por parte dos professores sobre as atribuições e funções desses atores que dividem com eles o espaço de trabalho. Este desconhecimento acontece em uma escala decrescente de hierarquia que se inicia a partir da compreensão das autoridades competentes da Educação e chega até aos professores das séries iniciais do Ensino Básico. Tal se evidencia por meio das terminologias utilizadas por órgãos competentes da Educação, a exemplo dos editais e documentos legais vistos há pouco nas análises das categorias *Função e Contratação*.

Porém, essas confusões de papéis não são prerrogativas do ensino público municipal de Limoeiro do Norte, nem do Estado do Ceará ou mesmo do Brasil, de modo geral. Lodi e Lacerda (2009, p. 68-69) informam que estudos realizados nos Estados Unidos envolvendo Intérpretes Educacionais que trabalhavam em séries iniciais do Ensino Fundamental apontaram cinco itens que estes entenderam ser de sua responsabilidade. Considerando o fato de que essas responsabilidades advêm da compreensão dos próprios Intérpretes e não do que os demais atores da escola pensam sobre eles, foram aqui tomadas e serviram para estabelecer uma relação análoga com as falas dos Intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte. Isto possibilitou, juntamente com as discussões trazidas pelos autores citados nesta seção, perceber as semelhanças de papéis existentes entre Intérpretes que atuam em realidades tão diferentes. Para tanto foram dispostas as ditas responsabilidades ao lado das falas dos sujeitos, aqui investigados, que foram entendidas como sendo correlata uma a outra, em um quadro objetivando melhor visualização por parte do leitor.

Intérpretes Educacionais dos Estudos Unidos	Intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte
a. Interpretar em língua de sinais e língua oral, para professor alunos ouvintes e surdos.	IE-3 O intérprete tem que repassar o máximo possível da sua habilidade nos sinais tudo que é feito pelo professor, tudo que ele passa de forma verbal[...]. O intérprete tem que socializar os surdos, aliar colegas, a professores, todo o corpo da escola, o intérprete tem que está incluindo o surdo a esse meio. Abrir sempre a comunicação, tanto pra os ouvintes como para sinais.
b. Ensinar a língua de sinais para alunos e professores para favorecer a comunicação em sala de aula.	IE-2 [...] no momento eu acho que está sendo correto que foi uma preocupação minha e da professora, como é que a gente faz, como é, que eu quero que ela aprenda Libras. IE-3 Eu tento incluir ela na aula ensinando sinais, às vezes, fora parte da aula no recreio... como ela fica fora da sala, aproveito pra alfabetizar ela, ensinar palavras, vocabulário mesmo pra ela, porque assim... a língua de sinais ela tem, [...]

c. Adicionar informações as instruções do professor para tornar o conteúdo mais claro para o aluno buscando o feedback em relação ao aprendizado do aluno e preocupando-se com o interesse do aluno.	IE-1 [...] Mas, com respeito a aula em geral é... eu interpreto de forma resumida, simples pra que ela consiga captar, usando o mesmo conteúdo que os professores ouvintes fazem com os outros alunos ouvintes, sempre é usado historinhas, né... Eu tento dramatizar mesmo[...].
	IE-2 Então eu fico sempre perto dele, auxiliando mais um pouco nas atividades, ele se comunica muito comigo, é... eu auxilio muito a professora em relação a ele tentando transmitir, tentando fazer com que ele entenda as questões, porque na educação infantil trabalha-se muito com a questão de dinâmicas [...]
	IE-3 A aula tá seguindo um nível, né? Um nível de ensino pra eles, mas como ela não consegue acompanhar eu tento descer esse nível pra justamente ficar mais compatível com ela, pra ela entender pelo menos a essência da aula.
d. mediar a relação do professor regente e os professores especializados com o aluno surdo.	IE-1 [...] eu ajudo a entender ela... o que ela tá dizendo, pra que elas possam também dizer algo, pra elas possam ter essa relação com elas e não fique somente os outros alunos tendo relações, sendo amigos de todos e ela se sentindo excluída por ser surda. Eu tento fazer com que os outros professores entendam ela e ela tenha essa amizade não só comigo, com outros.
e. Dar informações ao professor regente e da especializados sobre o progresso do aluno.	IE-1 [...], quando algo acontece na prova e o nosso aluno, o aluno surdo, [...] tira uma nota que é considerada baixa. Os professores vêm nos perguntar o que aconteceu, algo que na verdade se torna irônico, porque quem passou a matéria foi o professor ouvinte, a gente transmitiu pra língua que ele entende, mas na verdade o conteúdo foi passado pelo professor ouvinte, [...].
f. Ficar atento a troca de papel imposta pela seriação do aluno.	IE-2 “[...] Esse ano não, porque tô vivendo outra experiência, com o Fundamental I. Mas, em anos anteriores, normalmente, quem é o professor mesmo... quem é que vai fazer mesmo com que ele aprenda é... é um intérprete. Mas digamos que a função dele não é só interpretar né, é o de ensinar também. Inclusive no estado, o contrato é como professor, não é como intérprete.”

Quadro 9 – Formulado a partir de Lodir e Lacerda (2009) e dos dados coletados em entrevista junto aos Intérpretes Educacionais de Limoeiro do Norte (continua)

Tendo feito a relação supracitada, percebe-se que as responsabilidades assumidas pelo Intérprete Educacional nas séries iniciais do Ensino Fundamental, independentemente das questões políticas e estruturais que vivenciam no *locus* de sua prática, se assemelham. O que aponta para uma possível universalidade nas demandas que pode ter como causa a complexidade que envolve essa profissão e a juventude do processo de construção em que se encontra.

Também no quadro que traz os dados que inicia esta seção, percebe-se no registro das falas dos Intérpretes de Limoeiro, papéis que não foram comportados nas cinco responsabilidades listadas há pouco, mas que se enquadraram na lista de pontos referentes às atividades atribuídas a eles, pelos professores de Ensino fundamental das

escolas públicas citados por Lodi e Lacerda (2009). Pois, com frequência, o IE-1e 2, em suas respectivas falas, usam expressões que denotam que atribuem a si mesmos o papel de professor: *No meu caso, da minha aluna... ou quem é que vai fazer mesmo com que ele aprenda é... ele é um intérprete. Mas digamos que a função dele não é só interpretar né, é o de ensinar [...]*. Diante da investidura de tal papel por parte destes, não há como afirmar, frente a tão caótico sistema de inclusão educacional que se apresenta na cidade em questão, que ao transpor o seu “papel” de Intérprete Educacional tenham ferido o seu código ético. Tendo em vista que estes papéis são decorrentes de seu esforço para suprir as necessidades educacionais, linguísticas e comunicativas do aluno surdo a quem oferta suas interpretações.

Além disso Lodi e Lacerda (2009), Quadros (2002) e Gesser (2011) concordam ao afirmar que o cerne do trabalho tanto do IE quanto do professor é o progresso educacional do aluno surdo. Também se deve lembrar que os alunos em questão não sabem Libras e que, ao discorrerem sobre como lidam com essa questão, se percebe que os três intérpretes entrevistados trazem para si a responsabilidade de transmitir a língua de sinais para os respectivos alunos. Isto porque somente eles no universo escolar compreendem as implicações ocasionadas, nos surdos, pela falta de uma língua que atenda às suas especificações quanto à apreensão visual de mundo.

É importante ainda salientar que o contato direto e diário desses intérpretes com os respectivos alunos, sendo os seus únicos interlocutores, criam laços de ordem afetivas, como é possível perceber na fala do IE-2 quando indagado sobre sua relação com o aluno: *Ele é muito carinhoso, muito simpático, ele é um amor. Também o IE-1 [...] a gente percebe que o surdo se apega bastante ao intérprete, ele vê a gente como alguém de confiança, né [...]*. O resultado desse laço construído se reflete para além dos muros da escola e se estende também até a família destes alunos, que recorrem aos Intérpretes Educacionais para auxiliá-los na comunicação com seus filhos, como testemunhou o IE-1:

[...] a gente não só interpreta a aula lá, né, mas quando passa por alguns problemas de família e até mesmo de comunicação, a gente tá lá. Os pais têm.. também vêm a gente como alguém que pode entrar em contato com o próprio filho, né? Caso que eles não conseguem fazer.

Assim além dos papéis de educador, professor, mediador linguístico, mediador interpessoal, há também os papéis de conselheiro, tutor e mediador familiar. Porém, saliento que todos esses papéis devem ser bem administrados ou mesmo, em alguns casos evitados, pelo Intérprete Educacional. Porque pode, além de levá-lo à exaustão física, também gerar problemas de ordem emocional e psicológica, pois tais demandas invadem campus que o IE, por questões formacionais, não está instrumentalizado para lidar.

No tocante à sala de aula, o que poderia ajudar na diluição de papéis, seria o fato de o professor compreender que a mediação promovida pelo IE não pode ter um fim em si mesmo. Ela está para estabelecer pontes entre os atores que compartilham o ambiente com o aluno surdo. Por isso, o professor deve buscar aprender a língua de sinais para que possa, mesmo que minimamente, interagir com o aluno surdo, cujo ensino é de sua responsabilidade. Também é necessário que o professor e intérprete se ajudem mutuamente no tocante à construção do conhecimento do aluno surdo, pois esse deve ser o objetivo

em comum entre os dois. Tal ajuda pode ser efetuada por meio do compartilhamento de informações que ambos dominam sobre a sua área de atuação. Por exemplo, o professor ao fazer seu planejamento pode convidar o IE para participar e este por sua vez pode contribuir informando a melhor maneira de adaptar as atividades para o aluno surdo. É também importante que os Intérpretes, ao se dedicarem tanto aos alunos, não os tornem dependentes de suas orientações e assim estabeleçam com eles uma relação de poder e dependência que pode não ser salutar para ambos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos a última etapa do presente trabalho trazendo as conclusões extraídas do que se apurou na investigação realizada em campo e junto aos autores, cujos trabalhos foram tomados de empréstimo para construção deste. Cabe aqui lembrar que o referido estudo estabeleceu como objetivo geral a caracterização da atuação do Intérprete da Libras nas escolas municipais de Limoeiro do Norte. Para tanto, foi estabelecido um percurso investigativo que adentrou às escolas municipais da cidade, há pouco citada, que traziam em seu quadro funcional o Intérprete Educacional. Este percurso foi constituído de duas etapas concomitantes, a investigação bibliográfica e a empírica, sendo a bibliográfica de suma importância para auxiliar nas reflexões sobre os achados decorrentes da empiria.

Durante o processo de investigação, foram encontradas, em um universo de quatorze escolas, duas escolas de Ensino Fundamental, Padre Joaquim de Meneses e Judite Chaves Saraiva, com alunos surdos matriculados. Ambas contendo também alunos com outros tipos de comprometimentos, por isso compreendida, junto à Secretaria de Educação de Limoeiro do Norte, como sendo inclusivas. Todavia, a primeira escola apresenta uma sala de aula denominada de “sala inclusiva”, cujo seu espaço traz dois banheiros, um feminino outro masculino, um geláguia, jogos e livros. A equipe que trabalha em seu interior é composta por três profissionais, sendo um Intérprete Educacional, um professor e um cuidador. Quanto aos alunos, no total de doze, sendo todos jovens, compreendendo entre dezessete e vinte anos, apresentando comprometimentos diversos, de ordem intelectual na maioria, e entre estes uma jovem surda que conhece a Libras minimamente. Ao me deparar com esta situação, foi bem difícil manter o cerne da pesquisa e focar apenas no Intérprete Educacional, pois o quadro que se afigurou revelou o quão excludente pode ser a compreensão equivocada de inclusão.

Esta sala de aula separada das demais apresenta um aparato físico estrutural que evidencia nitidamente a intenção de colocar seus alunos distantes do contato com os demais, mesmo quando este contato seja tão superficial que imponha apenas o compartilhar de um banheiro ou mesmo de um bebedouro. Quanto à jovem surda que se encontra inserida neste contexto, vivencia uma exclusão que nem de longe pode ser remediada pelos esforços do IE que a acompanha. A falta de uma língua, no caso, a de sinais, a colocou em um estado de incompreensão que levou a escola inseri-la em um mesmo contexto vivenciado por pessoas com deficiência intelectual. Tal quadro arremete aos anos que antecederam em muito o reconhecimento da Libras como língua de fato, e revela o quão cruel ao surdo pode ser a não compreensão da surdez, por parte da sociedade, a partir de uma perspectiva sociolinguística.

Quanto à segunda escola, há apenas uma criança surda inserida no primeiro ano do Ensino Fundamental sendo acompanhada por um Intérprete Educacional. Diferentemente da primeira, esta tem seu aluno surdo inserido em sala de aula comum permitindo a ele a convivência com as demais crianças e atores do espaço escolar. Porém, este não compartilha de uma língua comum que possa efetivar suas interlocuções com demais atores, pois não tem acesso à Língua Portuguesa por condição da surdez e se encontra impedido pela família de se expressar por meio da Língua de Sinais, o que tornou sem

efeito a presença de Intérprete em sala de aula. Este, por sua vez, frente às circunstâncias, teve sua função alterada para cuidador e se viu de mãos atadas diante à decisão dos pais de impedirem seu filho de aprender Libras em função das seções de fonoaudiologia.

O número de Intérpretes investigados foram três, e se constituíram em cem por cento da mostra em relação a população de Intérprete Educacionais de Limoeiro. Estes, para resguardo de suas identidades, foram identificados como IE-1, IE-2 e IE-3. Suas faixas etárias compreendem entre 19 (dezenove), 23 (vinte e três) e 29 (vinte e nove) anos de idade, respectivamente. Dois destes possuem nível médio completo e um, nível superior incompleto. Sua formação na área da tradução/intepretação da Libras se deu de forma empírica, os Intérpretes IE-1 e 3 iniciaram as interpretações no contexto religioso das Testemunhas de Jeová, e o IE-2 no convívio com a família de surdos para a qual trabalhava. Esses jovens, por meio de seus relatos, ajudaram a alcançar o objetivo desta pesquisa, caracterizar a atuação dos Intérpretes Educacionais das Escolas Municipais de Limoeiro do Norte. Para tanto, foram elaboradas as perguntas que norteadoras, a saber: Qual a sua formação? Como se dá a sua contratação? Quais as funções atribuídas a ele? E qual o seu papel no âmbito escolar?

Para coletar as respostas de tais questionamentos foram utilizados como instrumentais o questionário e a entrevista semiestruturada. O primeiro foi aplicado a Coordenadora da Educação Especial junto à Secretaria de Educação de Limoeiro do Norte, continha 14 perguntas e o segundo aos sujeitos desta pesquisa, os Intérpretes Educacionais, contendo 23 indagações. Das respostas obtidas emergiram quatro categorias correlatas: *formação, contratação, função e papel*.

Na análise da categoria *formação*, foi constatado que os Intérpretes Educacionais, no tocante à formação específica, apresentam o seguinte quadro: os IE-1 e 2 dizem ter curso de formação específica na área da tradução e interpretação, mas não têm certificação comprobatória. O IE-3 nunca fez cursos específicos, apenas cursos básicos de Libras. Portanto, sua formação como Tils e, por conseguinte Intérprete Educacional, se deu por meio da imersão na comunidade surda local e posteriormente na prática diária desta função, constituindo-se, assim, em uma formação de cunho empírica. Contudo, esta não supera a necessidade e a importância de se buscar formação que permita o embasamento teórico de sua prática. Porém, as formações ocorridas no intervalo que compreenderam os anos de 2004 a 2016 se deram em Fortaleza, o que dificultou o acesso dos referidos Intérpretes, considerando a distância entre uma cidade e outra de 203 quilômetros, aproximadamente. Além disso, os cursos ofertados não abordaram de forma satisfatória as questões relacionadas ao Intérprete Educacional e também para acessá-los seria necessário investimento pessoal de tempo e de recursos financeiros.

Sabendo que os Intérpretes Educacionais mencionados continuam a exercer o seu trabalho e que muitos outros atuam em condições semelhantes, torna-se cada vez mais importante uma profunda discussão sobre a capacitação de intérpretes para atuação em sala de aula. Já que esse ambiente requer além dos conhecimentos inerentes a área da tradução/ interpretação, o conhecimento sobre o processo de ensino/aprendizagem. Entretanto, essa formação não pode ser encarada como uma busca de inteira responsabilidade do IE, mas também dos órgãos públicos competentes da Educação, pois a presença do Intérprete Educacional na sala de aula é uma de suas respostas às políticas educacionais inclusivas.

Quanto à segunda categoria (*Contratação*), foi encontrado que o contrato de Tradutores/Intérpretes da Libras é previsto no Plano Municipal de Educação, que corresponde a Lei municipal Nº 1.931, de 20 de novembro de 2015. Porém, este só foi implementado dez anos após a publicação do regulamento da Lei da Libras, Decreto 5.626/05, e até o ano de 2016 ele ainda não era do conhecimento dos Intérpretes investigados. Em relação ao processo de contratação em si, a informante junto à Secretaria de Educação afirmou que para seleção foram exigidos documentos de identificação pessoal e comprovação referente ao curso básico de Libras. No entanto, os IE-1 e 2 afirmaram ter apresentado apenas documentação pessoal e declaração referente à participação em um curso de formação para Tils. Já ao IE-3 não lhe foi pedido documentação comprobatória de proficiência em língua de sinais ou/e tradução/interpretação. Contudo, os três assumiram contratos de caráter temporário junto ao município, sendo este o único modelo contratual destinado ao Intérprete Educacional. A carga-horária prevista nos referidos contratos foi de 20 (vinte) e 40 (quarenta) horas, mas aqueles que assumiram as 20 (vinte) horas, trabalharam além da carga-horária prevista.

Os aspectos supracitados demonstraram desrespeito e falta de seriedade por parte das autoridades competentes de Limoeiro do Norte no tocante aos Intérpretes Educacionais e à inclusão de alunos surdos nas escolas municipais. No entanto, considera-se que a contratação de Intérpretes Educacionais, ainda que não se apresente de forma ideal, nesta cidade representa um avanço no tocante ao reconhecimento do profissional Tradutor/Intérprete de Língua de Sinais que atua na Educação.

Na categoria *Função* vimos que os IE-1 e 3 (nos anos de 2015 e 2016, respectivamente) se encontravam inseridos no contexto da modalidade Educação Especial, como já explicitado, e o IE-2 em uma sala de aula comum. Pode-se perceber que todos realizaram atividades que ultrapassaram suas designações como IE. Compreendeu-se que tais atividades, dentre outras razões, podem ter decorrido das relações de poder estabelecidas no âmbito escolar e/ou da falta de uma delimitação funcional predeterminada, pelo contrato ou pelo processo de construção de identidade profissional. Em Limoeiro, esta delimitação é necessária e urgente, mas só se construirá a partir de lutas e, especialmente, do empoderamento da categoria por meio de formação e informação sobre o que envolve a sua prática e sobre aqueles a quem é destinada à sua ação.

Já na última categoria analisada (*Papel*) encontramos uma grande diversidade de papéis assumidos pelos Intérpretes em questão, dentre estes estão: papel de educador, professor, mediador linguístico, de conselheiro, tutor e mediador familiar. Tais papéis são assumidos mediante o desejo, por parte do IE, de suprir as demandas geradas no ambiente escolar pela falta de uma língua em comum. Em decorrência destes papéis o IE pode chegar ao estado de exaustão física e psicológica, além de que muitas das demandas invadem campus que por questões formacionais, não está instrumentalizado para lidar.

Algo que poderia ajudar na diluição destes papéis, seria o fato de o professor buscar aprender a língua de sinais para que pudesse interagir com o aluno surdo e assumir o processo de ensino e aprendizagem junto a este. Também seria necessário que o professor e intérprete se ajudassem mutuamente no tocante à construção do conhecimento do aluno surdo por meio do compartilhamento de informações que ambos dominam sobre a sua área de atuação. Isto contribuiria para que o IE não se sentisse completamente responsável

pelas demandas do referido aluno.

Por fim, acrescento às considerações apresentadas ao final da análise de cada categoria, que de acordo com os dados coletados, a atuação do Intérprete Educacional de Limoeiro pode ser caracterizada a partir de uma formação empírica que se dá por meio da imersão na comunidade surda de Limoeiro, na sua maioria por questões religiosas. E que tal formação pode ser considerada contínua visto que buscam se aperfeiçoar por meio da troca de experiências uns com os outros, no exercício diário da função e no constante aprendizado da Língua de Sinais. Porém, há uma grande carência de uma formação que lhe apresentem conteúdos teóricos que possam fundamentar e orientar a sua prática no âmbito escolar e, de modo geral, nos demais segmentos sociais. Sua contratação se dá desconsiderando a importância de uma seleção rigorosa quanto ao domínio de técnicas tradutório-interpretativas e fluência na Língua de Sinais e Portuguesa. Trabalha em caráter temporário não tendo garantias trabalhistas e tem ainda baixa remuneração. Exercem variadas funções e papéis, sem nenhum delineamento ou parâmetros estabelecidos pela Secretaria de Educação ou por si mesmos.

Saliento que, apesar das dificuldades há pouco elencadas, os Intérpretes Educacionais aqui citados fazem os seus trabalhos motivados pelo desejo sincero de estabelecer pontes comunicativas aos surdos de Limoeiro do Norte e também de levá-los ao progresso educacional. Mas, como já mencionado anteriormente, há várias razões que os impedem de adquirir melhor qualificação. Quanto a isto, é importante lembrar que a falta de formação torna qualquer profissional inseguro quanto à sua prática e impossibilita o seu empoderamento junto aos demais atores que dividem seu espaço de atuação. Também impede que tenha clareza quanto as suas designações funcionais e afeta também, negativamente, aqueles que recebem os seus serviços. Por essa razão, urge que as autoridades competentes governamentais atentem para a condição de formação dos Tradutores/Intérpretes de Língua de Sinais que se encontram nas escolas do interior do Estado e promovam políticas que os favoreçam neste sentido.

Aqui encerro estas considerações, mas não a pesquisa, pois esta não se encerra em si mesma, há ainda a necessidade de se continuar investigando a ação do IE no interior do Estado do Ceará sob diversos aspectos. Pois estes se encontram ainda em desvantagem em relação aos que atuam na capital, quanto a cursos de qualificação, formas de contato e reconhecimento social. Isto não quer dizer que na capital do Ceará as questões relacionadas aos Tils estejam a contento, ainda há muito para conquistar profissionalmente, mas no interior do Estado o processo de reconhecimento profissional do Tils os arremete a décadas passadas. Por isso, espero e desejo que este trabalho se constitua em uma nova ferramenta para outros pesquisadores que desejam abordar essa temática e que de algum modo venha contribuir com a atuação do Intérprete Educacional que se encontra em Limoeiro do Norte. E também, de forma mais ambiciosa, que possa contribuir para que sejam tomadas medidas para mudar, de modo geral, a situação dos Intérpretes Educacionais que se encontram no Interior do Estado do Ceará.

REFERÊNCIAS

ADRIANO, Nayara de Almeida. **Sinais caseiros**: uma exploração de aspectos linguísticos. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras-Libras) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

ALBRES, Neiva de Aquino; Santiago, Vânia de Aquino Albres. **Imagens de um movimento político educacional: análise da história contada pelos surdos. Anais do V congresso Brasileiro em Educação Especial**. São Carlos: UFSCAR, 2012.

ALBRES, Neiva de Aquino. **Intérprete educacional**: políticas em sala de aula inclusiva. São Paulo: Harmonia, 2015.

AURELIO. **O minidicionário da língua portuguesa**. 3ª edição revista e ampliada do minidicionário Aurélio. 7ª impressão – Rio de Janeiro, 1993.

BERNARAB, Liazid; OLIVEIRA, Celso Socorro. Estudo da língua brasileira dos sinais e da língua dos sinais Francesa através da sua formação e da influencia do segundo

Congresso internacional de Milão na educação dos surdos. In: **IV Congresso Brasileiro Multidisciplinar de Educação Especial**, Londrina, 2007.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências**. Presidência da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>. Acesso em: 12 dez. 2016.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 10.098, de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a acessibilidade física e sensorial e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____, Ministério da Educação. Lei nº 10.438 de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 abr. 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10436.htm>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____, Ministério da Educação. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a lei nº 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____, Ministério da Educação. Portaria nº 3.284 de 7 de novembro de 2003. **Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições**. Brasília, 2003.

_____, MEC/SEESP. **Marcos Políticos –legais da Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010d.73p.

_____, Ministério da Educação. Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010. **Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 set. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm> Acesso em: 13 jan. 2017.

_____, Declaração de Salamanca e linha de ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: CORDE, 1994.

_____, **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, 2005. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf> Acesso em 15 jan. 2017.

CERVO, Amado Luiz. BERVIAN, Pedro Alcino. SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

EDITAL nº 334/2013. Disponível em: <www.ccv.ufc.br/newpage/conc/conc2013>. Acesso em: 29 dez.2016.

EDITAL nº 143/2016. Concurso Público para Provimento de Cargo Técnico-Administrativo em Educação Campi da UFC em Crateús, Fortaleza e Russas. Disponível em: <www.ccv.ufc.br/newpage/conc/conc2016/Edital_143-2016.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

EDITAL nº 30/2014 da Universidade Integração Internacional da Lusofonia Afrobrasileira. Disponível em: <www.unilab.edu.br/wp.../EDITAL-UNILAB-31-03-14-Versão-assinada-corrreto.pdf> Acesso em: 15 dez. 2016.

EDITAL nº 25/2014 da Universidade Federal do Cariri-UFCA. Disponível em: <<https://www.ufca.edu.br/portal/concursos-e-selecoes/editais>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

EDITAL nº 13/GR-IFCE/2016. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará. Disponível em: <http://qselecao.ifce.edu.br/concurso.aspx?cod_concurso=3391>. Acesso em: 15 dez. 2016.

EDITAL nº 10/2016. Disponível em: <<http://www.crede01.seduc.ce.gov.br/>> Acesso em: 19 dez. 2016.

EDITAL nº 001/2015, de 5 de fevereiro de 2015. Disponível em: <http://www.promunicipio.com/arquivos/20150616_155320_MARACANAU2015_Edital_001_v5.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

EDITAL nº 001/2013, de 11 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.promunicipio.com/arquivos/20140207_100914_IGUATU2013_Edital_001_v4.pdf>. Acesso em: 19 dez. 2016.

FEBRAPILS. **Código de Conduta e Ética. Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérpretes e Guia-intérpretes de Língua de Sinais** – Febrapils. Primeira alteração aprovada em assembleia geral ordinária no dia 13 de abril de 2014. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0B7ZxCOYQ0QJmSGiWUDJKcUJ2aIE/view>> Acesso em 15 jan. 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. 3ª ed. –Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

GESSER, Audrei. **Tradução e interpretação da Libras II**. Apostila do Curso de Educação a Distância de Bacharelado em Letras-Libras. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

JAKBSON, R. **Linguística e Comunicação**. São Paulo, Cultrix, 1995.

LACERDA, Cristina B. F. **Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009.

LEITÃO, Vanda Magalhães. VIANA, Tania Vicente (org.). **Acessibilidade na UFC**: tessituras possíveis. Fortaleza: Edições UFC, 2014.

LEITÃO, Vanda Magalhães. **Instituições, campanhas e lutas**: histórias da educação especial no Ceará. Fortaleza:

Edições UFC, 2008.

LODI, Ana Claudia Balieiro, LACERDA, Cristina B. F. (org.). **Uma escola, duas línguas**: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização- Porto Alegre: Mediação, 2009.

_____; Cristina Broglia Feitosa, GURGEL, Taís Margutti do Amaral de. Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (Tils) que atuam no ensino superior no Brasil. **Rev.bras.educ.espec.** vol.17 no.3 Marília Sept./Dec. 2011. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382011000300009> - Acesso em: 25 abril 2016.

MACHADO, Paulo Cesar. **A política educacional de integração/inclusão, um olhar do egresso surdo**. Florianópolis- SC: Editora da UFSC, 2008.

MARCONI, M. de A. LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MASUTTI, Mara Lúcia e SANTOS, Silvana Aguiar. Intérpretes de Língua de Sinais: uma política em construção. In: QUADROS, Ronice Müller de (ORG.). **Estudos surdos III**. Petrópolis-RJ: Arara Azul, 2008.

MATTAR, F. N. Pesquisa de marketing: edição compacta. São Paulo: Atlas, 1996.

OLIVEIRA, Jonathan Sousa de Oliveira. FREIRE, Kartya Vieira Moreira Freire. FORMAÇÃO DE TRADUTORES INTERPRETES DE LIBRAS: NÍVEL TÉCNICO INTEGRADO AO ENSINO MÉDIO. Anais do IV Congresso Nacional de Pesquisas em Tradução e Interpretação de Libras e Língua Portuguesa

PAGURA, R. A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores. *Delta*, São Paulo, 2003.

PEREZ-GOMEZ, Angel I. A cultura escolar na sociedade neoliberal. Tradução Ernani Rosa. Porto Alegre: Artmed,2001.

PINHEIRO, Kátia Lucy. **Práticas pedagógicas bilíngues para crianças do Instituto Cearense de Educação de Surdos**. 2012

PINHO, Nadja. **Mosaico**: um hino de amor à vida. Secretaria Municipal de educação, 2010.

PROLIBRAS. Relatório Técnico 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134207>> Acesso em: 25 abril 2016.

PROLIBRAS, Relatório Técnico 2007. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134209>> Acesso em: 25 abril 2016.

PROLIBRAS, Relatório Técnico 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/13421>> Acesso em: 25 abril 2016.

PROLIBRAS, Relatório Técnico 2009. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134213>> Acesso em: 25 abril 2016.

PROLIBRAS, Relatório Técnico 2010. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/134215>> Acesso em: 25 abril 2016.

PROLIBRAS – SEXTO. Coperve - Universidade Federal de Santa. Disponível em: <coperve.paginas.ufsc.br/files/2015/07/relatorio_tecnico_PROLIBRAS.pdf> Acesso em: 25 abril 2016.

PROLIBRA. Relatório Técnico SÉTIMO. Disponível em: <<http://www.PROLIBRAS.ufsc.br/>> Acesso em: 25 abril 2016.

QUADROS, Ronice Müller; CERNY, Roseli ZEN. PEREIRA, Alice Therezinha Cybis. Inclusão de surdos no Ensino Superior por meio do uso da Tecnologia. In: QUADROS, Ronice Múleer (org.). **Estudos Surdos III**. Petrópolis: Arara Azul, 2008.

_____. (et al.). **Exame PROLIBRAS**. Florianópolis, SC: UFSC, 2009b.

_____, Ronice Muller de. **O Tradutor e intérprete da língua brasileira de sinais e língua portuguesa**. Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2002.

RAMOS, Clélia Regina. **Histórico da Feneis até o ano de 1988**. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2004.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. Ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RODRIGUEZ, E. de los S. **Técnicas de la interpretación de lengua de signos**. 2ed. Barcelona: CNSE Fundación, 2001.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 41 ed. RJ: Vozes, 2013.

SACKS, Oliver W. **Vendo Vozes: uma viagem ao mundo dos Surdos**. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

SEGALA, R. R. **Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual: Português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

SILVA, Ivani Rodrigues. KAUCHAKJE, Samira. GESUELI, Zilda Maria. **Cidadania, surdez e linguagem**. São Paulo: Plexus Editora, 2003.

SKLIAR, C (org.) A surdez: um olhar sobre as diferen**Atualidades da educação bilíngue para surdos**. Porto Alegre: Mediação, 2010. 4ª ed.

STROBEL, Karin.. **As imagens do outro sobre a Cultura Surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca, Espanha.

VIEIRA, Maria Izaete Inácio. Abrindo uma janela para a comunicação. In: LEITÃO, Vanda Magalhães e VIANA, Tania Vicente. (ORG.). **Acessibilidade na UFC: tessituras possíveis**. Fortaleza: Edições UFC, 2004.

SOBRE A AUTORA



MARIA IZALETE INÁCIO VIEIRA - É professora da Libras do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará, Mestra em Educação pelo Programa de Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE) da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Bacharel em Letras Libras Tradução e Intérpretação da Libras/Port. Pela Universidade federal de Santa Catarina- UFSC.

Intérpretes Educacionais do Ceará: **Caminhos Percorridos**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 **Atena**
Editora

Ano 2020

Intérpretes Educacionais do Ceará: **Caminhos Percorridos**

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

 Atena
Editora

Ano 2020